

O novo paradigma da violência

MICHEL WIEVIORKA

RESUMO: O autor procura redimensionar o conceito de violência dentro do atual estado de globalização mundial. Crise internacional, narcotráfico, derrocada do bloco socialista no leste europeu, políticas assistenciais de organismos internacionais, conceitos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento, terrorismo, sectarismo político e religioso, novas conceituações culturais e sociais são temas trabalhados pelo autor com vistas ao estabelecimento de um novo paradigma da violência.

UNITERMOS:

violência, Estado, violência do Estado, criminalidade, segurança, políticas públicas, políticas internacionais, globalização.

A violência não é a mesma de um período a outro. Nesse sentido, o historiador Charles Tilly faz um esclarecimento útil quando se propõe a caracterizar cada grande época histórica que ele estuda por seu “repertório” específico das formas da ação, e mais particularmente da violência (cf. Tilly, 1986). Precisamente, as transformações recentes, a partir dos anos 60 e 70, são tão consideráveis que elas justificam explorar a idéia da chegada de uma nova era, e, assim, de um novo paradigma da violência, que caracterizaria o mundo contemporâneo. Quer se trate das manifestações tangíveis do fenômeno, e suas representações ou da maneira como as ciências sociais o abordam, mudanças tão profundas estão em jogo que é legítimo acentuar as inflexões e as rupturas da violência, mais do que as continuidades, que por isso se deve para tanto subestimar. Acrescentemos que, deixando de lado como aqui o faremos, a questão do aperfeiçoamento tecnológico e científico no domínio das armas, estaremos nos privando de elementos que certamente vão no sentido da idéia de um novo paradigma¹.

Diretor do Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques CNRS-Paris, França

1. Mudanças

a. Novos significados

A violência, hoje, renovou-se profundamente nos significados de suas expressões mais concretas, e insistiremos aqui, no essencial, nas mudanças que a caracterizam desde o fim dos anos 60. Uma perspectiva de mais longa duração, tomando por exemplo como período de referência o século que passou, não comprometeria a hipótese de um novo paradigma que vamos examinar; ela sugeriria simplesmente, talvez, que entre as significações mais decisivas de hoje, algumas se assemelham às que caracterizaram o início da era industrial, quando as classes contestadoras nascentes eram percebidas como classes perigosas ou que, em um país como a França, fenômenos de bandos e condutas de violência juvenil imputadas aos “Apaches” ocupavam as colunas dos jornais².

a1. Importantes nos anos 70 e ainda nos 80, a violência política e o terrorismo de extrema-esquerda – ligados à longa desestruturação das ideologias, dos regimes e dos partidos de inspiração marxista-leninista, assim como a uma recusa cada vez mais artificial em perceber o declínio histórico do movimento operário – regrediram em toda parte; Ação Direta, Brigadas Vermelhas, Células Revolucionárias, Facção Exército Vermelho, etc. Esse tipo de organização está esgotado em praticamente todo o mundo, quase liquidado historicamente – o que não quer dizer que será preciso excluir, no futuro, o retorno de ideologias marxistas-leninistas e violências que nelas se inspiram, como já se vê hoje no México, onde a guerrilha do ERP (Exército Popular Revolucionário) adota orientações que lembram sob vários aspectos, os anos 60 e 70.

Quase simetricamente, a violência de extrema-direita, animada por projetos de tomada do poder do Estado, também regrediu, muitas vezes substituída por condutas que não visam mais assegurar a seus atores o controle do Estado mas, ao contrário, a manter atividades privadas fora do controle do Estado. A experiência italiana constitui um caso espetacular. Nos anos 70 e até a metade dos anos 80, os terrorismos de extrema-esquerda e de extrema-direita queriam, uns, acabar com o “Estado imperialista das multinacionais”, outros, criar o clima favorável a um golpe de Estado com a ajuda de uma “estratégia da tensão”. Desde então, as violências maiores contra o Estado foram antes de tudo destinadas a proteger as atividades econômicas particulares de grupos mafiosos.

a2. A partir dos anos 50, lutas de libertação nacional, eventualmente associadas a orientações marxistas-leninistas e que às vezes assumiam a feição de guerrilha, deram origem a novos regimes e a novos Estados. Sua violência não é mais tão importante, em escala mundial, como nos anos 50 e 70, mesmo se algumas se perpetuaram, como por exemplo na Europa (a experiência basca), na Irlanda do Norte e no Oriente Médio, com o movimento

¹ Sobre esse ponto, cf. Michaud (1996).

² Sobre os “Apaches”, esses jovens cujas brigas e condutas delinquentes fazem de certa maneira pensar nos jovens dos atuais bairros de *relégation**, quando tomados de raiva ou ódio, e cuja experiência foi imortalizada no cinema pelo personagem *Casque d’or* (1952) interpretado por Simone Signoret, cf. Pierret (1996).

* O termo *relégation* significava uma penalidade que consistia na internação perpétua dos reincidentes criminais em alguma colônia francesa. Adquiriu, depois, o significado de exílio em um lugar determinado sem que haja perda de direitos civis ou políticos, lugar este separado, desqualificado e mediocre. Assume, atualmente, a denominação dos lugares nos quais vivem os “excluídos” ou “segregados” da sociedade francesa, como os retratados pelo filme *La Haine* (1995), de Mathieu Kassovitz, ganhador do *César* no mesmo ano. Como não existe termo equivalente em português, optamos por manter o original em francês [nota do editor].

palestino, e outras novas surgiram, mais recentemente, particularmente na Chechênia. Essa constatação não quer dizer que assistimos à dissolução dos laços que associam eventualmente violência e nação, pois estes podem revestir-se de outras significações afora aquelas que dizem respeito ao tema da libertação nacional. Com efeito, o nacionalismo, inclusive no interior dos países mais potentes, constitui um fenômeno contemporâneo maior, freqüentemente ligado a uma temática de extrema-direita, mas menos diretamente vinculado a expressões marcadamente violentas do que o discurso espontâneo tende a sugerir. Na Europa, pelo menos, o nacional-populismo e a emergência das direitas radicais são fenômenos que, no conjunto, não estão associados a manifestações violentas, simplesmente porque a violência, ainda que surja aqui ou ali, torna-se rapidamente contraditória com a respeitabilidade requerida por um projeto de acesso ao poder pela via eleitoral. A violência nacionalista, desse ponto de vista, é limitada, freqüentemente mais étnica, ou até racial, do que propriamente nacionalista, e associada não tanto à idéia de assegurar a libertação de uma nação, mas de protegê-la de ameaças externas e purgá-la de tudo que poderia manchar sua homogeneidade. A idéia de nação, ontem força considerável de emancipação, hoje associa-se não tanto a condutas violentas, mas, muito mais, a ideologias reativas cultivadas por uma comunidade ou por alguns de seus segmentos preocupados com o fechamento econômico e com a pureza cultural, e mesmo racial (cf. Wieviorka, 1997).

a3. O declínio do movimento operário e a perda do lugar central das relações de produção industriais tornam improváveis a idéia de uma ligação entre importantes violências sociais e a inserção de seus agentes num conflito estrutural de classe, no sentido habitual da expressão. Não é mais a luta contra a exploração, a sublevação contra um adversário que mantém com os atores uma relação de dominação, e sim a não-relação social, a ausência de relação conflitual, a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural ou racial, que alimentam hoje em toda parte do mundo, inclusive na Europa ocidental, condutas amotinadoras ou uma violência social mais difusa, fruto da raiva e das frustrações. Nesse contexto, a violência não é somente um conjunto de práticas objetivas: ela é também uma representação, um predicado que, por exemplo, grupos, entre os mais abastados, atribuem eventualmente, e de maneira mais ou menos fantasmática, a outros grupos, geralmente entre os mais despossuídos.

a4. Enfim, o elemento mais espetacular da renovação da violência hoje é dado pelas referências crescentes de seus protagonistas a uma identidade étnica ou religiosa. Essas constituem um recurso cultural eventualmente mobilizado de maneira violenta para fins políticos, por vezes alimentando também uma barbárie homicida extrema, bem além dos simples problemas políticos. Tais referências podem aparecer como ressurgimento, como se o espaço de violências tradicionais, ou clássicas, apenas se ampliasse sob o efeito de condições favoráveis. De fato, apesar de uma atitude efetivamente tradicional, e até fundamentalista, trata-se no mais das vezes, de construções his-

tóricas recentes que nada têm de natural, e que Jean François Bayart analisa bem ao explicar que estão no essencial relacionadas com uma estratégia nacional, por um lado, com sonhos e pesadelos, por outro, “aos quais nós aderimos porque eles nos encantam ou nos aterrorizam” (cf. Bayart, 1996).

Jean Baudrillard tem razão ao afirmar que “em lugar de lastimar o ressurgimento de uma violência atávica, é preciso ver que é nossa própria modernidade, nossa hipermodernidade, que produz esse tipo de violência e esses efeitos especiais dos quais o terrorismo também faz parte” (cf. Baudrillard, 1995).

b. Percepções e representações.

A violência mudou, também, pois se considera não mais o fenômeno no que ele apresenta de mais concreto, de mais objetivo, mas as percepções que sobre ele circulam, nas representações que o descrevem. No interior dos países ocidentais, a começar pela França, a violência subjetiva, tal qual é sentida, apresenta como primeira característica fundamental a de parecer ter perdido qualquer legitimidade no espaço político, quase a ponto de significar o mal absoluto; ela é o que a sociedade, unânime, deve proscrever e combater completamente, tanto em seu interior como em seu exterior. Nos anos 60 e 70, a violência podia ainda ser justificada ou compreendida por intelectuais que eventualmente se inscreviam eles próprios em uma tradição revolucionária, anarquista ou ainda marxista-leninista; ela podia ser teorizada ou sustentada com uma certa adesão, e ser tolerada na esfera política. Uns admiravam as guerrilhas e faziam do “Che” seu herói; outros exaltavam mais a violência social ou se esforçavam em suscitá-la ou animá-la. O pensamento de Frantz Fanon, centrado na experiência colonial, continha a idéia de ruptura violenta, uma teorização que Jean-Paul Sartre radicalizava em seu célebre prefácio ao livro *Os condenados da terra* (cf. Sartre, 1961) – o mesmo Sartre que, alguns anos mais tarde, encorajaria aos caminhos de uma ação violenta os “maoístas” com os quais debatia (Gavi, Sartre & Victor, 1974). Algumas das reações no momento da revolução iraniana, saudada por exemplo na França por Michel Foucault, constituem talvez uma última expressão dessas correntes de opinião e dessas simpatias políticas e intelectuais em relação ao processo e aos agentes tendo como recurso a violência e adquirindo uma legitimidade cada vez maior que tratava de trazer resposta, de resto o mais das vezes limitada, às atrocidades e aos abusos cometidos por um poder ditatorial ou autoritário do tipo, por exemplo, dos que caracterizaram a América latina até os anos 80. Desde então, o espaço intelectual e político no qual a violência poderia ser o objeto de tomadas de posição compreensivas, ou mesmo abertas, limitou-se de forma singular: o fenômeno é necessariamente a marca do que é preciso recusar, e o consenso é muito grande. Não há nenhum debate filosófico, moral ou ético a respeito da violência, e se vozes se fazem ouvir a partir da “sociedade civil” para pedir ao Estado que faça uso de sua força no estrangeiro, por exemplo, em situações dramáticas do ponto de vista dos direitos humanos, é

numa perspectiva humanitária, eventualmente combinada à causa ecológica, em termos nos quais toda referência positiva à violência é banida. Os intelectuais, num mundo que não é mais estruturado a partir da bipolaridade Leste/Oeste, em sociedades onde o princípio de divisão e conflito inerente às relações de produção industrial tornou-se secundário confrontado com identidades nacionais ou religiosas cujos combates eles se recusavam a apoiar, em geral distanciaram-se da idéia de violência.

Essas mudanças têm por toda parte uma implicação fácil de se observar: na falta de debate, na falta de agentes políticos ou intelectuais capazes de romper o consenso relativo à violência, esta transforma-se necessariamente em objeto de percepções e de representações que funcionam por excesso e por carência.

Por excesso: a alteridade, a diferença cultural, religiosa ou de outro tipo, são objeto de fantasmas e medos. Os atores que supostamente as incarnam são suscetíveis de serem diabolizados, a tal ponto que lhes é frequentemente imputada uma violência virtual que seria quase natural, essencial, ao passo que na verdade eles dela mantêm grande distância, se é que ela de fato existe. É sobretudo o caso da imigração, nos países que a recebem, porque os imigrantes são muitas vezes tratados como “raças perigosas”; é igualmente o caso, que eventualmente prolonga o anterior da religião, a começar pelo Islã, correntemente associado ao Islamismo. Este último está muitas vezes efetivamente associado a violências extremas, como o martírio mortífero dos “*bassidj*” iranianos, por exemplo, tão bem estudados por Farhad Khosrokhavar (1992); mas é também objeto de suspeitas que podem eventualmente constituir um indicador da cegueira geral de uma sociedade sobre si mesma. Assim, o atentado de Oklahoma City, nos Estados Unidos (19/04/95, 168 mortos, muitas dezenas de feridos) foi a princípio atribuído maciçamente ao terrorismo islâmico, antes que o país, estupefato, descobrisse os autores: dois antigos militares americanos de ideologia de extrema-direita.

Por carência: a violência, na medida em que se inscreve no prolongamento de problemas sociais clássicos, ou que não questiona as modalidades mais fundamentais da dominação, é suscetível de ser negada ou banalizada. É assim, para continuar com o exemplo dos Estados Unidos, que não somente esse país dificilmente reconhece sua violência interna contemporânea, como teve de esperar os anos 60 para aceitar dedicar-se seriamente a enfrentar algumas das páginas mais violentas de sua história³; do mesmo modo na França, as violências sociais dos pequenos comerciantes ou dos agricultores, figuras solidamente instaladas em um lugar perfeitamente respeitável do imaginário nacional, são minimizadas em relação principalmente àquelas que se desenvolvem nos bairros de *relégation* e que são objeto de uma dramatização e de uma amplificação mediática considerável, e eventualmente fantasmática, sem base tangível. Do mesmo modo ainda, foram precisos muitos anos, sempre na França, para que fosse aceita a idéia de uma ligação entre o sentimento de insegurança, potente nesse país desde o fim dos

³ Cf. Yves Michaud (1978), que lembra toda a importância da comissão criada em 1968 a pedido do Presidente Lyndon Johnson, tendo como função ir tão longe quanto o conhecimento pode fazê-lo na pesquisa das causas da violência e dos meios de preveni-la, tendo como projeto, “descobrir a violência dissimulada sob a história pacífica dos Estados Unidos”.

anos 70, e a violência objetivamente crescente da criminalidade, da delinqüência e sobretudo das pequenas incivildades: essa idéia chocava muito a sensibilidade política que acabava de chegar aos negócios com a primeira eleição presidencial de François Mitterand (1981) e que, para poder encontrar um amplo espaço de debate, parecia excessivamente ligada às representações e ao discurso securitário da direita para poder ser aceita, e mesmo ouvida, à esquerda.

Não somente a violência não possui hoje legitimidade no espaço público das democracias ocidentais, em seus debates políticos e intelectuais, em sua capacidade de também se engajar em intervenções armadas que poderiam fazer mortos de seu lado, mas além disso e essa é uma segunda característica importante da época contemporânea, ela funciona cada vez mais como categoria geral para apreender a vida social bem como as relações internacionais. Ela constitui assim uma categoria bem mais central do que era para pensar o interno e o externo, a sociedade e o meio que a cerca. O caso da França é impressionante, e talvez mesmo excepcional, pois a violência invade os meios de comunicação e a opinião pública, quer se trate dos subúrbios e bairros de *relégation*, da escola pública, dos meios de transporte, das incivildades que alimentam essencialmente o sentimento de insegurança, ou do terrorismo islâmico, cujas expressões mais recentes permitem fundir em um mesmo sentimento a imagem de uma ameaça interna, social, juvenil e urbana, e a de uma ameaça vinda de fora, religiosa e árabe⁴.

É possível que no futuro se reabra um espaço de legitimidade política e intelectual para a violência, conforme sugere, ainda muito modestamente, a imagem de mártir que caracteriza hoje em alguns bairros de *relégation*, Khaled Kelral, um dos protagonistas do verão de 1995 na França. Por outro lado, conforme veremos mais adiante, certas violências sociais, como as dos agricultores por exemplo, mal são percebidas enquanto tais, e se beneficiam de uma ampla compreensão por parte da opinião pública. Enfim, o renascimento de correntes de esquerda contestadora, e o apoio intelectual que a acompanha, neo-esquerdista, senão neomarxista, esboça-se em alguns países, a começar pela França, e poderiam contribuir, também neste caso, para a reinvenção de temáticas sensíveis à idéia de que a violência revolucionária, parteira da história, traz uma forma de resolução das contradições que supostamente se encontram no centro do sistema social. Enfim, e sobretudo, as percepções e as representações da violência aqui analisadas, do ponto de vista da França, podem mudar consideravelmente, como se vê por exemplo em países onde ela é tolerada ou suportada, percebida quase como inscrita no funcionamento normal da sociedade. Assim é, por exemplo, no caso do Brasil ou da Rússia. Mas, no conjunto, estamos bem distantes dos debates dos anos sessenta e setenta.

c. *As ciências sociais face à violência*

Enfim, a violência muda se consideram-se os modos de abordagem que, para apreendê-la nas ciências sociais, não podem mais ser os que antes

⁴ “Sobre esse terrorismo e seus efeitos sobre o funcionamento da democracia e do Estado de direito, tomarei a liberdade de remeter ao meu livro (Wieviorka, 1995).

eram utilizados.

Há diversos raciocínios suscetíveis de constituir instrumentos de compreensão da violência, diversas tradições sociológicas, e pode-se mesmo considerar que não há teoria geral que não seja capaz de contribuir com um enfoque específico para a análise da violência. Mas, se é possível apresentar os principais modos de abordagem da violência⁵, indicando para cada um sua quota de contribuição e seus limites, e refletir sobre as possibilidades que há de acumular conhecimentos, logo integrando as diversas proposições disponíveis em teorias complexas, é talvez ainda mais interessante ver como, segundo as épocas, certas idéias exercem uma influência ou têm um impacto predominante.

Ao fim da II Guerra Mundial houve, por um momento, o sonho de construir uma abordagem total da violência, integrando a contribuição de todas as disciplinas das ciências sociais e humanas, psicologia, antropologia, história, o que devia permitir ir do indivíduo e de sua psicologia às relações internacionais. Foi o projeto da UNESCO, que Pierre Hassner (1995) resgatou recentemente⁶, e que devia então assegurar a compreensão, num mesmo esforço geral, tanto dos conflitos entre pai e filho quanto das tensões nascidas da Guerra Fria. Projeto que foi um fracasso. E se muitos raciocínios podem ser identificados dessa época, os mais influentes nos anos 50 e, depois, 60, oscilavam entre dois pontos de vista, eventualmente combinados. Por um lado, a violência estava ligada à noção de conflito; e por outro, ela era associada à imagem da crise e analisada então como a conseqüência ou a manifestação de um estado mais ou menos patológico do sistema considerado, por exemplo, o sistema social. Tratar da violência, com efeito, consistia em considerar que ela possuía seu lugar nos cálculos e nas estratégias dos agentes que tomavam parte num conflito, ou admitir que ela vinha traduzir uma insuficiente integração dos agentes num sistema.

No primeiro caso, a violência relevava interações entre agentes capazes de utilizá-la de um modo instrumental; ela podia ser pensada no contexto de modos de aproximação que apelavam para a teoria dos jogos, ou a dos conjuntos organizados. Nessa perspectiva, ela era um elemento virtual ou atual no funcionamento e nas transformações de sistemas societais ou intersociais, o que ilustra bem as idéias de Thomas Schelling (1963) que exerceram uma influência considerável, que davam uma grande importância à racionalidade dos atores e ao fato de que suas decisões, inclusive as de usar da violência, eram interdependentes.

No segundo caso, a violência era largamente concebida no quadro de um neofuncionalismo para o qual ela vinha traduzir as disfunções, as carências, e suas conseqüências sobre os atores, em termos de frustração relativa, por exemplo⁷. E, para alguns pesquisadores, essas carências e disfunções faziam parte do conflito, da capacidade dos agentes de funcionar com base no conflito considerado necessário à integração da sociedade, ou de todo sistema de relações internacionais. A idéia era, como lembra oportuna-

⁵ Cf. James B. Rule (1989) e, em francês, o anexo teórico de meu livro (Wieviorka, 1988).

⁶ Cf. as páginas 83-84 que retomam um texto de 1964.

⁷ Cf. o que foi a tentativa mais ambiciosa, e que veio com efeito a encerrar essa época: Ted Robert Gurr (1970).

mente Pierre Hassner, de que “os conflitos podem, numa certa medida, contribuir para a integração de sistemas ou organizações, cuja integração insuficiente pode ser uma fonte dos conflitos e de sua queda na violência” (Hassner, 1995, p. 90).

O que nos coloca frente a duas idéias, mais opostas que complementares. A primeira é de que a violência pode inscrever-se em relações, sob uma forma sobretudo instrumental, e dispensar a comunicação e a relação entre atores; a segunda é de que ela pode vir a traduzir, ao contrário, um déficit ou dificuldades nas relações, na comunicação e no funcionamento da relação entre atores, o que a leva a funcionar então sobretudo de maneira expressiva. Mas é preciso acrescentar imediatamente duas observações. A primeira é que a violência instrumental pode ser utilizada por um ator para tentar penetrar o interior de um sistema de relações institucionalizadas – é a idéia principal da teoria dita da mobilização dos recursos, à qual os nomes de Charles Tilly (1978) e de Anthony Oberschall (1972) estão particularmente ligados, e cuja influência foi considerável nos anos 70 e 80. E que mesmo no interior de uma relação estrutural ou sistêmica, o comum da violência é ter sempre uma dimensão que ultrapasse o quadro da simples racionalidade instrumental, uma dimensão que poderíamos chamar (um pouco rapidamente sem dúvida) irracional, espontânea, ou expressiva, e que vai além do conflito – o que já percebia Karl von Clausewitz em *De la guerre*, quando definia a guerra como “uma estranha trindade composta da violência original de seu elemento que é preciso considerar como uma pulsão natural cega, do jogo da probabilidade e do acaso que fazem dela uma livre atividade da alma, e da natureza subordinada de um instrumento político, pelo qual ela salta para a pura compreensão (*apud* Hassner, 1995, p. 37).

Para tomar a medida das principais mudanças teóricas relativas à análise da violência pelas ciências sociais, o melhor é considerar o caminho percorrido desde a época em que o fenômeno podia ser massiva e diretamente relacionado a conflitos, a seu funcionamento ou às suas disfunções, ou a uma crise. Hoje, a análise insiste cada vez mais em dois tipos de idéias, às quais retornaremos, e que são resumidas através de expressões como: fragmentação, caos, decomposição. Todas essas idéias sugerem um grande distanciamento com relação às noções de conflito e de crise. A violência continua certamente a ser pensada através de categorias em que a oposição entre instrumentalidade e expressividade encontra seu lugar, mas nem sua eventual instrumentalidade, nem sua capacidade de atingir os piores extremos, sem limites, não remetem à imagem de um conflito, ou mesmo de crise. Nos casos extremos, ela parece autonomizar-se, tornar-se um fim em si, lúdica, puramente destruidora ou autodestruidora, por exemplo. O que a transforma em certos casos em um fenômeno de pura afirmação do sujeito. A análise neste caso tende a dissociar o sistema e os atores. Ela centra-se mais sobre um, ou mais sobre os outros, e, em todo caso, ela constata sua separação sem propor a imagem de mediações conflituais entre esses dois pólos da reflexão, sem

também dar a pensar que ela traduz uma simples desregulação do sistema em questão – trata-se muito mais de uma mutação, uma mudança radical, o que exprime aliás muito bem o recurso corrente a expressões com “pós” (pós-industrial, pós-colonial, etc.), que designam todas uma superação, bem mais que um simples estado de um sistema. A violência, inclusive em suas expressões mais localizadas ou limitadas, é explicada por mudanças em nível mundial, a globalização da economia, ou o fim da Guerra Fria, temas que retomaremos; ou então ela é reduzida aos cálculos ou à subjetividade dos atores, eventualmente à sua loucura; e, entre os dois registros, o do sistema e o do ator, o pensamento insiste sobre o que é desfeito, liquidado, as relações sociais da era industrial, o sistema bipolar das relações internacionais até a queda do muro de Berlim, por exemplo, sem mostrar-se capaz de desenhar a imagem de conflitos, ou mesmo de processos de desestruturação de relações conflituais, ou ainda a das disfunções sistêmicas.

Para que haja conflito, sistema de atores em relações conflituais, é preciso de um lado atores, de outro problemas que eles reconhecem como comuns, e de outro ainda possibilidades para eles de se oporem sem se destruir, e, portanto, de mecanismos políticos ou institucionais. E para que se possa falar da crise, é necessário que haja um sistema, em dificuldade, é certo, mas que permaneça ainda perceptível como tal. Se a violência parece hoje tão ameaçadora ou dramática, não é pelo fato da multiplicação dos “anti-atores”, protagonistas externos a qualquer sistema de ação, ou de uma violência exclusivamente vinculada à lógica da força e do poder, sem debate nem relação possível com eles bem como não é também em virtude das carências no que concerne aos procedimentos e processos que permitem o funcionamento do conflito, a relação; não é ainda porque os sistemas que funcionaram desde o fim da II Guerra Mundial, sociais, ou internacionais, fazem mais do que se transformar: eles se desfazem a ponto de a noção de crise ser tão frágil para dar conta de sua desestruturação? Não é também porque pessoas e grupos se percebem como negados, impossibilitados de manifestarem sua própria subjetividade, arrebatados ou destruídos pelo desprezo de outras pessoas e grupos melhor situados e que se recusam a reconhecê-los como sujeitos?

Ainda que importantes distinções oponham hoje os pensamentos mais bem estabelecidos, eles apresentam um ponto em comum: a maior parte considera que o mundo é cada vez mais um universo sem atores, e exclusivamente atraído por essa lei da selva que é o mercado, pelo caos ou pelo choque das identidades e das culturas, bem mais do que por relações mais ou menos negociadas que implicam em um mínimo de reconhecimento mútuo. Quer se trate, no interior das sociedades, do funcionamento do sistema dos partidos, com uma clivagem esquerda-direita que freqüentemente se esmaeceu e por vezes desarmonizou-se, do enfraquecimento geral do sindicalismo e dos sistemas de relações profissionais, dos modos de gestão do Estado-providência e, mais amplamente, de todas as formas de relações inventadas pelas sociedades industriais a partir do século XIX; quer se trate, nas relações

internacionais, do funcionamento bipolar que estruturava a oposição entre os Estados Unidos e a extinta União Soviética, ou dos insucessos reiterados das grandes organizações internacionais, a começar pela ONU e seus Boinas Azuis na Bósnia, na Somália ou no Líbano, como não ver que efetivamente os procedimentos e mecanismos institucionais são muitas vezes substituídos pelo simples uso da força? Nem tudo é, ou continua sendo conflitualizável, daquilo que antes podia sê-lo. Assim, alguns pesquisadores falam de “*clash*” das civilizações, seguindo de perto Samuel Huntington (1993), outros, de modo mais pertinente, constataam que intensas tensões interculturais operam no seio mesmo das próprias “civilizações” e não somente entre elas (cf. LeBot, 1996); alguns vêem o mundo como unipolar, com os Estados Unidos como única potência, outros o percebem como totalmente eclodido, ou mesmo a caminho do caos generalizado e molecular, outros ainda procuram desenhar uma multipolaridade, o que corresponde a outras representações dos Estados Unidos. Mas além desses debates⁸, quem fala ainda de atores coletivos capazes de engajar-se em conflitos em que a negociação e os jogos políticos *à la Schelling* encontrariam um espaço importante? Quem resiste às imagens, certamente fortes e plenas, da violência como expressão, precisamente, da incapacidade da era atual em colocar no lugar e fazer funcionar sistemas de atores? Difícil de preencher, pelo pensamento, com atores e conflitos, o mundo é povoado pelas imagens e pelos temores da violência e da insegurança, com todos os deslocamentos que podem encorajar essas imagens e esses temores, e principalmente a demonização do *outro* que vê, por exemplo, um terrorista atrás de cada muçulmano – aliás, agora na França, utiliza-se cada vez menos o qualificativo “muçulmano” e cada vez mais correntemente o “islamista”.

Assim, tanto como realidade histórica quanto como representação coletiva e como objeto de análise e de reflexão para as ciências sociais, a violência contemporânea parece modelar um novo paradigma. Do ponto de vista teórico, esse paradigma pede que a violência seja analisada no interior de um espaço teórico complexo, capaz de integrar o campo do conflito e o da crise. Indo mais além, ampliando-se, de um lado no sentido de levar em consideração o sujeito, impossível, frustrado ou que funciona fora de qualquer sistema ou de normas, e de outro levando em consideração condutas que mais além da crise são reveladoras de uma verdadeira desestruturação ou de desvios capazes de levar ao caos e à barbárie.

2. Quatro níveis de análise

A idéia de um novo paradigma é portanto comportada pelo exame das mudanças que remetem aos significados, às percepções e aos modos de abordagem da violência. Nem por isso ela se encontra totalmente estabelecida ou demonstrada, mesmo porque inflexões e reversões de tendência sempre podem ocorrer em uma evolução histórica. Por isso mesmo, ela demanda investigações complementares, a começar por aquelas que podem referir-se às

⁸ Para uma útil leitura em perspectiva a partir da experiência americana, cf. John Mason (1995).

mudanças relativas às principais fontes de violência desde os anos 70.

É clássico, na análise da violência, distinguir níveis. Nos anos 60, por exemplo, Pierre Hassner sugeria que fossem feitas três diferenciações. A primeira era a do sistema internacional, o qual, ele diz, remetia então “ao equilíbrio bipolar da dissuasão e, na Europa, à divisão territorial dos dois blocos” (Hassner, 1995, p. 11); a segunda era a dos Estados, com suas preocupações internas e diplomáticas, e a terceira, a das sociedades, no interior dos Estados, cada qual com seu sistema político, suas estruturas e sua dinâmica. Essa distinção, que nós já utilizamos em trabalhos referentes ao terrorismo dos anos 70 e 80 (cf. Wieviorka, 1988), permite refletir sobre as condições gerais da mudança de paradigma da violência, e nós a retomaremos aqui, acrescentando simplesmente um quarto nível, o do indivíduo, não para introduzir qualquer psicologia em nossas análises, mas para insistir sobre um fenômeno contemporâneo de maior importância, que tem um peso enorme sobre a produção da violência contemporânea: o crescimento do individualismo moderno. Em cada um desses quatro níveis, as mudanças recentes são consideráveis, e, levá-las em conta, já constitui uma contribuição útil para o esclarecimento útil dos fenômenos de violência. Esse esclarecimento é completado e precisado se a análise levar em conta, além disso, as transformações que afetam as relações entre os níveis, suas articulações, sua correspondência, ou, se preferirem, sua integração.

a. O sistema internacional.

Duas mudanças maiores afetaram esse primeiro nível, com efeitos consideráveis sobre toda sorte de expressão da violência.

O primeiro é o do fim da Guerra Fria, que significa também a dissolução do “império” soviético, e o declínio da bipolaridade Leste/Oeste. Com essa transformação decisiva, a divisão da Europa também é liquidada, ou melhor, requer outras categorias para ser pensada: não há, por exemplo, os países do antigo “império”, principalmente a Polônia, a Hungria e a República Checa, que se inclinam para o oeste politicamente (a democracia) e economicamente (o mercado), enquanto que os outros hesitam em se liberar dos antigos modelos comunistas, ou só em parte o conseguem? O fim da Guerra Fria é também o início de uma nova era do ponto de vista das armas nucleares. A dissuasão nuclear não pode mais ser concebida hoje como o era ontem: ela tem mais razão de ser num universo bipolar estruturando o essencial das relações internacionais a partir das duas superpotências, e o nuclear torna-se o símbolo de riscos maiores de crise, de desestabilização, eventualmente de terrorismo, sem falar da simples catástrofe que podem causar um dia ou outro a proliferação das armas nucleares e a disseminação de matérias físséis a partir da ex-União Soviética. Como diz Pierre Hassner, as armas nucleares “tornam-se o exemplo extremo não da ordem, mas do fosso entre o caráter global e difuso dos problemas e o caráter parcial e especializado dos organismos encarregados de geri-las ou de controlá-las” (Hassner, 1995, p. 55), e

somos tentados a acrescentar que nem sempre é possível vislumbrar, com a desintegração do sistema soviético e o fim da guerra fria, quais os organismos capazes, mesmo parcialmente, de agir de maneira eficaz face aos problemas como os colocados pela disseminação nuclear.

A Guerra Fria tornava pouco provável, ou menos provável, a guerra entre vários Estados, pois trazia um controle parcial e desigual, mas real, da violência, uma ordem efetivamente planetária pois, combinada ao princípio da bipolaridade, ela inibia o aumento das violências ao extremo, no caso duas superpotências, mas também em toda parte no mundo: todo deslocamento de um equilíbrio, mesmo local, implicava no risco de gerar uma escalada na tensão e desequilíbrios de grande porte. O planeta saiu da ordem nuclear, para retomar a expressão de Philippe Delmas (1995), sem com isso ter entrado numa era pós-nuclear. Desde então, conflitos e violências localizados, de baixa intensidade, têm mais espaço para surgir e torna-se difícil impedir que eles degenerem em uma barbárie maciça da qual os massacres de Ruanda ou da ex-Iugoslávia são talvez apenas as primeiras expressões. O fim da Guerra Fria em si mesmo nada deve a violências significativas, ao passo que deve muito à decomposição e ao esgotamento do regime soviético; mas trouxe com ele violências, das quais as mais imediatas são aquelas que surgem no interior do antigo “império” soviético, a começar pelas do Cáucaso e a da guerra da Rússia de Bóris Ieltsin com a Chechênia.

É possível que a Guerra Fria tenha funcionado também como fator de obscurecimento com relação aos determinantes e aos significados locais de diversas experiências de violência ocorridas entre os anos 50 e 60, e o que parece novo – a importância dos fatores ligados ao desempenho dos atores em campo, e não mais de influências externas longínquas – tenha-se tornado na realidade mais visível, ou mais perceptível. Mas a análise detalhada de algumas dessas experiências feita por autores atentos e essa hipótese mostra que o fim da guerra fria trouxe realmente modificações consideráveis (cf. Jean & Rufin, 1996).

Uma segunda mudança importante é que a expressão “globalização da economia” se popularizou em todo o mundo. O fenômeno não é novo, e poderíamos encontrar em numerosos autores do século XIX, como por exemplo, Karl Marx, análises que remetem à idéia de uma mundialização da economia. Decisiva, ao contrário, mesmo se essa idéia é combatida, é a aceleração do fenômeno, que a maior parte dos economistas remetem à metade dos anos 80. A noção de globalização significa que as economias nacionais são cada vez mais interdependentes, que o crescimento de suas trocas é superior ao de sua produção, que os investimentos e os fluxos financeiros se mundializam sob o efeito conjugado da liberalização dos mercados e dos avanços tecnológicos (cf. O’Brien, 1992). A mundialização da economia merece seguramente mais que afirmações rápidas e cada vez mais estereotipadas, que fazem daquilo que menos adequadamente se chama de globalização um “mito recorrente”, segundo a expressão de Eli Cohen, que

nos convida a evitar as ilusões de uma retórica encantatória em que essa noção desempenha um papel central (cf. Cohen, 1996). Entretanto, não é inútil evocar os vínculos entre a mundialização, e o neoliberalismo que a fundamenta ideologicamente, e a violência. Com efeito, esta última se alimenta, no mínimo indiretamente, das desigualdades e da exclusão que se reforçam com o mercado generalizado, a livre iniciativa, o rigor orçamentário e o livre comércio, e é sensível às evoluções que tornam a troca mais importante do que a produção e que ameaçam o trabalho, tanto do ponto de vista de seu significado central, enquanto sentido da experiência humana, como enquanto fator estreitamente associado ao crescimento. Além disso, a violência pode se inscrever no prolongamento da fragmentação cultural que a mundialização da economia encoraja, segundo processos que Benjamin Barber foi um dos primeiros a descrever, desde o início dos anos 90 (cf. Barber, 1992, p. 53-60). Contrariamente a uma idéia simplista, a mundialização, com efeito, inclusive em seus aspectos ligados à difusão de bens culturais (programas de televisão, por exemplo) não contribui somente para homogeneizar culturalmente o planeta. Ela tem, também, e sobretudo, o efeito de estimular processos mais ou menos reativos de retraimento identitário, do comunitarismo, do nacionalismo retraído voltado para a defesa da nação, contra a cultura cosmopolita ou transnacional sob hegemonia norte-americana, etc. – processos que contribuem eles próprios para alimentar o mesmo fenômeno. E, então, não é difícil de compreender como a violência vem traduzir eventualmente em atos a vontade defensiva, e mesmo contra-ofensiva, de grupos desejosos de afirmar sua identidade cultural. Paradoxalmente, o resultado pode ser o mesmo quando um grupo se apóia em uma identidade desse tipo não para resistir à economia mundializada, mas para dele melhor participar.

Essas dimensões da mundialização podem ser interpretadas, em escala mundial, também como fraturas, sociais e culturais, que separam os países ou as regiões bem localizadas, “*in*”, das que não o são, “*out*”. Mas elas têm também um papel, e muito importante, no interior das sociedades mais desenvolvidas, onde estão presentes a miséria, a exclusão, e as formas de discriminação social e racial que caminham geralmente junto, bem como a fragmentação cultural, com suas eventuais modalidades comunitárias, tribais, ou ainda, raciais. A mundialização econômica inscreve-se em uma relação dialética que ao mesmo tempo a alimenta e que ela aprofunda: a fragmentação social e cultural que ela mesma prolonga através de processos de naturalização e, mais precisamente, de racialização da vida coletiva, com tudo o que isso implica em termos de violências racistas. É o caso da violência e da insegurança que reinam em numerosas cidades dos Estados Unidos e não mais somente em numerosas cidades do Terceiro Mundo: o aumento de uma violência de base racista e xenófoba, na Alemanha ou na Grã-Bretanha, fenômeno que em alguns anos teve um crescimento preocupante⁹. Pode-se então dar um passo a mais e considerar que a *mundialização da economia*, e suas ligações diretas com a fragmentação cultural e social, contribui para a *mundialização da*

⁹ Cf. os textos de Angelina Peralva, sobre a experiência alemã, e de Kristin Couper e Danilo Martuccelli, sobre a experiência britânica, em Wieviorka (1994).

violência, com suas formas fragmentárias. Por exemplo, é útil falar de desterritorialização e pensar globalmente e não apenas em seu contexto nacional as violências islâmicas, da Argélia ao Paquistão, passando por inúmeros outros países, e notar aí a existência de redes, de modos de comunicação. Mas, ao mesmo tempo, constatar que essas violências não são unificadas em um projeto mundial, e sim o contrário, posto que põem a maior parte do tempo em jogo significações inscritas na cena local ou regional onde surgem.

Por fim, a análise do sistema internacional do ponto de vista das suas grandes mudanças, para ser completa, deve ser sensível à importância e à intensidade das migrações internacionais, nem todas redutíveis a simples fluxos de imigração, e que dão freqüentemente a imagem de relações transnacionais, diaspóricas, entre dois países. As diásporas, particularmente, desempenham um papel essencial no plano da economia criminosa e no apoio a movimentos armados – papel que não é novo, mas que se acentuou e reforçou através daquilo que Aline Angoustures e Valérie Pascal designam como “fenômenos de rede” (1996).

b. Os Estados

O Estado está tradicionalmente no centro da análise da violência, e a sociologia clássica associa correntemente os dois temas, quando mais não fosse na fórmula célebre de Max Weber, que escreveu, em 1919, que o Estado “só pode ser definido sociologicamente pelo *meio* específico que lhe é próprio, assim como a todo grupo político, a saber, a violência física. (...) Em nossos dias, a relação entre Estado e violência é particularmente íntima. (...). É preciso conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, nos limites de um território determinado (...) reivindica com sucesso para seu próprio benefício o *monopólio da violência física legítima*. O que é com efeito próprio de nossa época é que ela só concede a todos os outros grupos, ou aos indivíduos, o direito de apelar para a violência à medida que o Estado o tolera: este passa a ser, então a única fonte do ‘direito’ à violência” (Weber, 1963, p. 124-125). Definição cuja ambigüidade havia sido notada por Raymond Aron que sublinhou que não se sabe muito bem se o conceito proposto por Max Weber remete a uma categoria abstrata, puramente teórica, ou a uma categoria concreta, histórica, empiricamente observável¹⁰.

Será que a definição analítica que propõe Max Weber aplica-se tão bem, quanto à sua época, aos Estados que podemos observar hoje? De muitos pontos de vista, os Estados contemporâneos, ou pelo menos alguns dentre eles estão enfraquecidos. A mundialização faz com que eles constituam menos facilmente que antes seu quadro territorial, administrativo e político da vida econômica, posto que os fluxos, as decisões, os mercados, a circulação dos homens, dos capitais, das informações, efetuam-se em escala mundial, e aliás em parte sob formas ilegais que permitem falar de uma globalização do crime organizado, principalmente no que concerne às drogas. Cada vez menos capaz de controlar a economia, o Estado parece, em numerosas situações,

¹⁰ “Max Weber não escolheu entre conceitos puramente analíticos e conceitos semi-históricos”, escreveu Raymond Aron (1971, p. 559 *apud* Bouretz, 1996, p. 263).

obrigado a recuar frente às atividades informais, ao mercado negro e ao trabalho clandestino; o recolhimento de recursos fiscais torna-se difícil de exigir ou justificar, aleatório, e ao mesmo tempo que a economia se privatiza, a violência se privatiza, meio de pilhar o Estado ou de se atribuir os recursos que ele deveria controlar. O Estado está assim atravessado, por dentro e por fora, tanto mais na medida em que se criam ou se reforçam solidariedades infra e transestatais (principalmente diaspóricas), inscritas ou não em territórios precisos, cujo espaço de funcionamento já não corresponde ao seu. Além disso, o Estado, pela intervenção de seus agentes, pode praticar ou encobrir uma violência ilegítima, contrária a seu discurso oficial, como acontece em países democráticos onde existem a tortura, os abusos policiais ou militares de todo gênero, ou ainda a delegação do uso da força a atores privados que a exercem em proveito de seus próprios interesses (cf. Pinheiro, 1996)¹¹. Ainda é preciso acrescentar aqui que um debate merece ser aberto, e que, como mostram os trabalhos de Frédéric Ocqueteau sobre a segurança privada, os efeitos da privatização do uso da força não têm necessariamente sentido unívoco (cf. Ocqueteau, 1990, 1993 e 1995).

É cada vez mais difícil para os Estados assumirem suas funções clássicas. O monopólio legítimo da violência física parece atomizada e, na prática, a célebre fórmula weberiana parece cada vez menos adaptada às realidades contemporâneas.

A fragmentação cultural contribui também para essa tendência geral. Ela torna mais delicada a fórmula do Estado-nação, já que a nação não pode tão facilmente como antes reclamar para si o monopólio ou o primado absoluto da identidade cultural das pessoas reunidas no seio da *comunidade imaginária* que ela constitui, segundo a expressão de Benedict Anderson (1983): outras identidades se afirmam, exigem ser reconhecidas no espaço público, e os choques interculturais podem transformar-se em guerras comunitárias. Onde o Estado é antigo, como na Europa, ele se enfraquece, onde ele é recente, na África, na Ásia, “puro produto de importação” segundo uma fórmula criada por Bertrand Badie e Pierre Birnbaum, ele é freqüentemente corrompido, ineficaz, deslegitimado, em virtude de suas próprias carências, a ponto de se poder falar em “pane de Estado” e ver aí uma fonte maior de insegurança para o planeta: “a primeira questão de segurança hoje não são as ambições de poder, é a pane dos Estados” (Delmas, 1995, p. 9).

Alguns falam, senão do declínio do Estado, ao menos do declínio do modelo que ele pôde constituir, evocando como exemplo um retorno à Idade Média, um “neomedievalismo” para descrever o enfraquecimento dos Estados-nações e para dar conta de uma imagem que se fixaria em uma “pluralidade de comunidades e de investidas, hierarquias ou entrelaçamentos” (Hassner, 1995, p. 56) – tema posto em pauta desde os anos 70 por Umberto Eco (1995, p. 56). Outros insistem num fenômeno paradoxal, que é a existência, principalmente em situações em que o Estado moderno resultou em corrupção, em ineficiência ou em ilegitimidade, de exigências de inserção

¹¹ Ver texto publicado neste volume, p. 43-52.

numa ordem internacional em que a proteção dos territórios viria de potências que funcionariam a partir do modelo do império – Ghassan Salamé fala de “apelos de império”, tendo este, explica, “uma relação mais flexível que o Estado-nação com o território” (Salamé, 1996, p. 21). Retorno ao império, nova Idade Média: as fórmulas podem variar, o fato é que elas tanto marcam a idéia de uma superação da forma contemporânea do Estado, como, ao mesmo tempo, uma reinvenção daquilo que foi experimentado no passado.

Essa constatação merece no entanto ser matizada. A princípio, não é certo que seja preciso, em toda parte onde o Estado é recente, falar de seu enxerto em sociedades antes organizadas de maneira diversa, em reinos e em impérios, por exemplo, como um malogro; e muitos argumentos militam em favor da idéia, defendida principalmente por Jean-François Bayart, segundo a qual prossegue, na África e na Ásia, “a universalização de alguns dos elementos fundamentais da civilização ocidental, incluindo-se eventualmente o Estado (cf. Bayart, 1996, p. 6). Nem tudo é enfraquecimento, decomposição, no que concerne ao Estado. Em termos mais gerais, diversas experiências contemporâneas sugerem que o conceito analítico de Estado está longe de estar ultrapassado historicamente. Assim, Olivier Roy, interessando-se particularmente pelo Oriente Médio e pela Ásia Central, mostra que ali o Estado permanece como o horizonte intransponível das recomposições políticas, e que os grupos de solidariedade infraestatais dos quais observa os movimentos e progressos fundados, por exemplo, no étnico, não podem dispensar o Estado – “os contrabandistas necessitam de fronteiras” (cf. Roy, 1996). É difícil propor uma representação unificada e linear da evolução atual da fórmula do Estado e de sua adequação aos problemas políticos de nossa época; e ainda que aceitando a imagem de um enfraquecimento de inúmeros Estados do ponto de vista de sua capacidade, que classicamente os define, de arrogar-se concretamente o monopólio legítimo da violência física e fazê-la funcionar, é preciso então ser prudente e reconhecer que à tendência à crise da fórmula clássica do Estado (e mais ainda do Estado-nação), pode-se opor a imagem, menos forte, mas ainda assim pertinente, de sua perenidade, e mesmo de seu futuro.

A concepção contemporânea da violência é perseguida pela idéia de um declínio-superação do Estado. Este é cada vez menos descrito como causa, fonte ou justificativa da violência, como ocorria quando se tratava de explicar, nos anos 60 e 70, as lutas ditas de libertação, nacional ou social, ou promover projetos revolucionários; o Estado é agora novamente, como no essencial da tradição da filosofia política, pelo menos a partir de Hobbes, a fórmula política que deveria poder inibir a violência física fora de seu campo de ação e de controle, e que aí chegaria cada vez menos a esse resultado. Poder-se-ia certamente evocar inúmeras experiências em que a violência é uma resposta à brutalidade do Estado, a um poder ditatorial ou a uma opressão do tipo neocolonial, por exemplo. Poder-se-ia ainda indicar como, quando mais não seja, no caso da experiência palestina, ela tem a ver com o desejo de construir um Estado dotado de todos os atributos da soberania nacional. Mas

a tendência dominante é outra, ela se define através de experiências, muito mais numerosas, em que a violência surge ou se desenvolve em meio às carências do Estado.

Um paradoxo reside no fato de que as formas mais espetaculares da violência não correspondem necessariamente às situações de maior carência, debilidade ou ausência do Estado.

Assim, comparando a violência urbana dos jovens em duas situações que apresentam vários pontos em comum, já que se trata de bairros em dificuldade nas periferias de Lyon e Milão, Paola Rebughini (1994) constata que na região de Lyon, a violência muitas vezes revestiu-se de uma força amotinadora e espetacular, e mesmo mediática, enquanto que, em Milão, ela é mais difusa, mais próxima da delinquência e do crime organizado. Uma das fontes dessa diferença remete ao Estado: mais presente na França, ele é, ao mesmo tempo, o ator que causa a violência (por exemplo, a partir do racismo policial) e o ator que a violência tem por vocação interpelar, por razões tanto instrumentais quanto expressivas: um motim chama a atenção da imprensa, e ocasiona a partir daí, a vinda ao bairro de responsáveis políticos, que eventualmente poderão trazer meios e recursos novos para esse bairro. Diferentemente, na Itália, os espaços em questão vivem à margem do Estado, a economia clandestina ou ilegal traz para lá importantes recursos, e uma violência excessivamente visível, do tipo do motim, precisamente, só faria atrair a atenção dos meios de comunicação, o que não se deseja. A violência assegura, bem mais, seja a sobrevivência de uns e de outros (delinquência), seja o controle de territórios cuja privatização implica em que o Estado seja mantido o mais possível à distância; e como o Estado italiano não tem realmente vocação para intervir, é fácil, compreender que a violência assume uma feição diferente daquela que se observa na França.

Acrescentemos uma última observação, mais geral, emprestada a Ghassan Salamé: se o Estado territorial clássico se desagrega, a forma de violência que está mais diretamente ligada a ele, a guerra entre Estados, passa a ter, então, também menos importância, em benefício de outras formas, guerras civis, massacres interétnicos, por exemplo¹². Essas formas de violência figuram entre as mais maciças e espetaculares do mundo contemporâneo.

c. *Mutações societais*

Nos anos 50 e 60, o pensamento evolucionista, sob hegemonia norte-americana, desenvolvia a idéia de um “*one best way*”, segundo o qual as sociedades, no mundo inteiro, eram chamadas a se engajar nos mesmos trilhos de uma modernização que era vista em termos econômicos – o desenvolvimento – e em termos políticos – a democratização. Nessa perspectiva, o horizonte estava desenhado pelas sociedades industriais mais avançadas, e então, em primeiro lugar, pelos Estados Unidos, prevendo-se que a violência regressaria na mesma medida do progresso.

Sabemos hoje que há muitos modelos de desenvolvimento, que os

¹² “Assim como a emergência do Estado territorial, há dois ou três séculos, era acompanhada de uma guerra entre Estados, explicando-a e nutrindo-se dela, a pulverização do Estado territorial e a proliferação das guerras civis são na realidade dois processos que se reforçam mutuamente, um iluminando e favorecendo o outro” (Salamé, 1996, p. 95).

progressos econômicos e políticos não significam necessariamente a regressão da violência, e que as sociedades avançadas podem muito bem combinar vivas dificuldades sociais e pós-industrialização. Nas sociedades ocidentais, com efeito, a perda da centralidade da indústria clássica caminha freqüentemente junto com fenômenos de desemprego e de precarização, as relações de exploração no trabalho e na produção cedem lugar à exclusão na definição da questão social. O emprego e o crescimento se separam, e nesse tipo de mudanças, o princípio de estruturação conflitual da vida social inerente à oposição entre o movimento operário e os senhores do trabalho se decompõe. A partir daí, o sindicalismo e os sistemas de relações profissionais se enfraquecem, inclusive ali onde eles tinham uma grande vitalidade, como na Alemanha ou nos países escandinavos, o par clássico esquerda-direita cessa de representar um conflito social ao nível político, as expectativas políticas se exacerbam sem encontrar lugar de mediação, os populismos se desdobram, de Ross Perot nos Estados Unidos à Liga do Norte na Itália, passando pelo nacional populismo da Frente Nacional na França, e a crise social se combina com a questão das identidades culturais, nacionais, étnicas e religiosas, para alimentar violências que instigam, algumas, as tendências à fragmentação das sociedades nacionais, outras, os apelos reativos à ordem que se desfaz.

Transformações comparáveis afetam as sociedades dos antigos países do Leste, para as quais o fim da experiência soviética representa também a desestruturação de um modelo centrado no local de trabalho, que proporcionava a cada um garantias, muitas das quais eram administradas a partir da empresa – emprego, alojamento, acesso à saúde, ao lazer, consumo de base, etc. Mas não cabe deduzir dessas constatações a idéia de uma violência social ou política diretamente ligada ao esgotamento das relações sociais próprias à indústria clássica. Se há certamente uma ligação entre a violência e essas mudanças sociais, tal ligação não é automática e imediata, a violência deve ser concebida a partir dessas mediações. Ela não surge diretamente da mobilidade social descendente, ou da crise; assim, os motins dos bairros difíceis da França ou da Inglaterra, os das grandes metrópoles americanas, sobrevêm por ocasião de excessos policiais ou de decisões inadequadas da justiça, bem mais do que como um protesto contra o desemprego; a raiva e o ódio dos jovens exprimem-se certamente tendo por trás um cenário marcado por dificuldades sociais, mas correspondem acima de tudo a sentimentos fortes de injustiça e de não reconhecimento, de discriminação cultural e racial. O desemprego e a pobreza, inclusive quando eles traduzem uma queda social bruta, como nos países do antigo império soviético, não se transformam imediatamente ou diretamente em violências sociais – o que se sabia desde o estudo clássico de Lazarsfeld sobre os desempregados de Marienthal (cf. Lazarsfeld, 1981) – mas sobretudo alimentam frustrações que transitam eventualmente por um nacionalismo exacerbado, ou um apelo ao retorno dos comunistas. E, se alimentam violências coletivas, estas são mais racistas e anti-semitas, mais ligadas a referências nacionalistas do que propriamente sociais.

d. O individualismo contemporâneo

O individualismo, tal qual se manifesta com uma força crescente no mundo contemporâneo, apresenta duas faces complementares, e eventualmente opostas. Por um lado, o indivíduo moderno quer participar da modernidade, do que ela oferece, do que ela promete, do que ela mostra através dos meios de comunicação e das solicitações de um consumo de massa cujo espetáculo está doravante mundializado. Ele tem a intenção de consumir, continuar a consumir se já o fez, começar a fazê-lo se ele ainda não o pôde. Por outro lado, o indivíduo quer ser reconhecido como sujeito, construir sua própria existência, não ser totalmente dependente de papéis e normas, poder distanciar-se deles sem ser no entanto obrigado a fazê-lo. Ele pretende por exemplo efetuar escolhas que o autorizem a referir-se a uma identidade coletiva, sem estar totalmente subordinado a ela, produzir-se, e não somente reproduzir-se.

Essas duas faces do individualismo não são uma novidade, e de uma certa maneira, Émile Durkheim a elas se refere quando distingue o indivíduo, ligado ao modo profano, e a pessoa, que a seus olhos está referida ao sagrado (cf. Durkheim, 1968). Cada uma delas mantém, hoje, uma relação muito forte com a violência, mesmo coletiva. O ator de muitas violências instrumentais, por exemplo, engaja-se com finalidades econômicas, ele quer o dinheiro para consumir, comprar, para si mesmo e eventualmente para os seus. De modo bem distinto a violência pode assumir uma feição extrema, ilimitada, relacionada com um desejo, frustrado, de aceder aos frutos da modernidade e sem que se trate de utilizá-los como recurso para alcançar determinados fins. Isso a aproxima de condutas informadas pela raiva de não ser reconhecido, pelo sentimento de uma injustiça vivida, pela interdição de o indivíduo tornar-se sujeito, e que pode assumir diferentes formas: motins explosivos, mas também lúdicos; ou para falar como David Le Breton (1991), informados pelas “paixões do risco” que podem então vir a tornar-se ordálicas ou autodestruidoras, retornando contra si mesmo a impossibilidade criada pelo sistema ou pela situação de ser um ator de sua própria existência. A violência neste caso é, ou busca, a produção do sentido, esforço para produzir por meios próprios aquilo que antes lhe era dado pela cultura ou pelas instituições, projeção de si mesmo até a morte eventual; ou então apelo à subjetividade impossível ou infeliz, expressão de recusa pela pessoa em dar prosseguimento a uma existência em que ela se sente negada. Nessa última perspectiva, o racismo, em particular e em expansão em inúmeras sociedades, é uma experiência amplamente vivida pelos que dele são vítimas como uma profunda negação de sua individualidade, o que pode transformar-se em raiva e daí em violência, por exemplo amotinadora. Tudo isso não é certamente novo; mas os progressos da mundialização dão maior intensidade do que davam no passado a tudo o que remete ao individualismo, bem como às fragilidades pessoais que vêm junto, sobretudo, quando se trata de combinar os dois registros, da eficácia instrumental, estratégica, e da construção de uma subjetividade autônoma (cf. Ehrenberg, 1995): ninguém agora, com efeito,

ignora o que o mundo moderno pode oferecer ou prometer, tanto como possibilidades de consumo, quanto em matéria de produção de si mesmo. Mas é bem difícil ser, ao mesmo tempo, consumidor e produtor de sua existência, eficaz e racional de um lado, autônomo e distanciado em relação às normas de outro. A violência encontra aqui um tríplice feixe de condições favoráveis: seja que a pura racionalidade estratégica induza a fazer dela, mais ou menos cinicamente, um recurso; seja que a preocupação em identifica-se com uma identidade coletiva resulte no fanatismo ou num sectarismo belicoso: seja enfim, em processos de fusão de sentido, em que a dupla impossibilidade de funcionar como consumidor e como produtor de sua própria existência termine por resolver-se através da invenção de um sentido imaginário tanto mais violento quanto não encontre *hic et nunc* os meios concretos de se traduzir em práticas.

Acrescentemos que o individualismo exerce seus efeitos não somente sobre as significações, mas também sobre as formas de que pode revestir-se a violência contemporânea. Assim, tirando as lições de um conjunto de estudos referentes às violências urbanas na França, Jean Paul Grémy constata que as gangues de jovens, ou seus agrupamentos por ocasião de motins nos bairros de *relégation* trazem a marca de um individualismo que “torna particularmente difíceis as negociações com vistas a por fim às violências” (Grémy, 1996, p. 11).

A separação entre níveis ou registros pode também constituir-se num instrumento útil de análise. Acrescentemos também que nem por isso ela deve conduzir a uma fragmentação intelectual, em que os pesquisadores se especializariam em um outro desses níveis ou registros. Ao contrário, a reflexão sobre a violência só tem a ganhar, não somente se levar em consideração subconjuntos claramente delimitados – o sistema internacional, o Estado, etc., mas também se for capaz de pensar a complementaridade entre eles, sua articulação, ou ao contrário, sua dissociação. Talvez inclusive as observações anteriores apontem para uma sugestão: não valeria mais a pena, contrariamente à tradição intelectual da ciência política, partir de baixo, do individualismo ou das transformações que afetam as relações sociais, e ir levando a análise até o nível internacional, cujas mudanças, através de suas formas reais ou mais ou menos míticas (a globalização) se alimentam do trabalho dos atores e das sociedades sobre si mesmas, pelo menos tanto quanto os influenciam?

3. Dúvidas e incertezas

a. Violência objetiva, violência subjetiva

Apresentadas certamente de modo rápido, as mudanças que afetam os quatro níveis que distinguimos pedem uma sociologia capaz de estudá-los de maneira analítica, separadamente, mas também de abordá-los globalmente. Não existe uma sociologia integrada da violência capaz de propor uma teoria

unificada satisfatória, que permita abraçar simultaneamente os níveis da personalidade e do indivíduo, os da sociedade, do Estado e do sistema de relações internacionais; mas isso não impede o esforço para não separá-los na reflexão, e particularmente a hipótese de que uma das fontes fundamentais da violência contemporânea reside precisamente em sua tendência à dissociação. Por exemplo, é tentador analisar de um lado a personalidade dos jovens “sicários”, assassinos de aluguel que, na Colômbia, parecem guiados por um desejo de dinheiro e de consumo potente e desprovido de barreiras morais, e por outro lado, tratar da economia mundial da droga ou das relações entre os Estados Unidos e a Colômbia; mas é muito mais útil mostrar como a violência instrumental do jovem assassino de aluguel de Medellín oscila entre a política e a criminalidade, e se inscreve num tecido de relações sociais e políticas, ao nível do bairro, da cidade, do país e do continente, que não se limita à imagem de dois universos separados, internacional (a droga e sua economia), e pessoal ou psicológico (a ausência de normas interiorizadas que torne possível o fato de ser um assassino) (cf. Ortiz Sarmiento).

Quanto mais se mergulha nesse tipo de análise, mais torna-se útil perguntar qual a parte da violência subjetiva, e a da violência objetiva. Entre o ator finalmente reduzido à sua personalidade ou à de sua subjetividade, e o sistema, referido a processos planetários dos quais a noção de mundialização tornou-se símbolo, a violência vem preencher o vazio deixado por atores e relações sociais e políticas enfraquecidas. Mas é um vazio real, ou um vazio nas representações? A tarefa de uma sociologia da violência é mostrar as mediações ausentes, os sistemas de relações cuja falta ou o enfraquecimento criam o espaço da violência: se essas mediações, se esses sistemas de relações parecem mais escondidos, incompreendidos ou ignorados que realmente carentes ou ausentes, porque a sociedade em questão, suas elites políticas, seus intelectuais, sua opinião se recusam a reconhecê-los e a debatê-las, então a violência deve ser analisada antes de tudo como uma representação, como a subjetividade de grupos, ou mesmo de uma sociedade inteira, incapazes de se compreender e de compreender o que as cerca; se são tangíveis, se é possível estabelecer empiricamente que há um déficit de atores e de mediações através de sistemas de relações, a violência constitui certamente uma forte realidade objetiva. A sociologia deve então distinguir os problemas, mostrando como a violência contemporânea se renova, tanto em suas percepções subjetivas quanto em suas realidades históricas.

Por isso, a hipótese de uma mudança do paradigma da violência remete também a um problema clássico da sociologia do conhecimento: o modo como falamos da violência e de suas mudanças contemporâneas, inclusive no discurso científico, deriva do estado do fenômeno e de suas transformações objetivas ou de outros tipos de mudanças que interferem nos diferentes níveis que foram enunciados aqui, mas de maneira relativamente autônoma em relação aos fatos de violência, influenciando nossas percepções e modelando representações que só de maneira mais ou menos artificial corresponderia às

expressões concretas do fenômeno? De uma experiência concreta a outra, a resposta não pode senão variar: o essencial aqui é insistir sobre a necessidade que há de se colocar a questão.

b. Desarticulação

Se a violência tem a ver com mudanças que afetam não apenas cada um dos quatro níveis considerados na análise, mas também o seu conjunto, é antes de tudo porque esses níveis parecem desarticular-se a partir do momento no qual os consideramos em suas expressões concretas, e não somente como categorias analíticas. O mais decisivo remete aqui à crise do Estado-nação, enfraquecido em seu papel de quadro ou de espaço principal, territorial, político, administrativo e intelectual da vida coletiva. Assim, há um hiato entre a escala dos problemas, planetários, colocados pela economia e pela ecologia, e os instrumentos institucionais, essencialmente estatais, de que se dispõe para tratá-los. Até mesmo no interior de cada país, torna-se muitas vezes complicado estabelecer uma forte correspondência entre diversas políticas, tornar coerentes, por exemplo, a política econômica e comercial e a política externa. Ou ainda, é difícil conciliar a diplomacia, e mesmo a participação de um Estado em instituições internacionais, e a sensibilidade individual crescente ao tema dos direitos humanos, que pode ser uma incitação a intervenções outras que não estatais, ligadas ao direito da ingerência. A desarticulação é ainda mais espetacular nos casos em que sociedade, Estado e cultura formavam um conjunto relativamente integrado, no seio daquilo que, conforme sugeriu Alain Touraine, é possível designar-se através do termo *sociedades nacionais* (cf. Touraine, 1992), nas quais relações sociais próprias típicas da era industrial, instituições que asseguravam igualdade individual, solidariedade coletiva e identidade nacional formavam um sistema bastante coerente, auto-suficiente ou quase, que hoje se desestrutura sob o efeito do neoliberalismo e da mundialização.

A violência, desse ponto de vista, pode resultar do esforço de certos atores para manter de maneira cada vez mais artificial ou voluntária aquilo que se desfaz; ela se exprime, eventualmente, através de agressões contra os que são acusados ou suspeitos de encarnar e de preparar a desintegração sociopolítica da sociedade nacional, e de ser o vetor da heterogeneidade cultural que a ameaça. Ela visa então, prioritariamente, os imigrantes e, mais amplamente, os grupos humanos que podem ser mais facilmente racializados. O racismo na Europa, inclusive em suas expressões mais ativas, mais destruidoras e assassinas, tem muito a ver com a recusa reativa de uma decomposição das sociedades nacionais.

c. Um mundo sem referências?

Para pensar as formas e a importância da violência, não é útil dispor de referências que permitam distinguir, no espaço, zonas relativamente homogêneas? Três respostas principais, eventualmente combinadas, podem

tentar trazer uma resposta construtiva a esta interrogação: políticas (ou geopolíticas), econômicas e culturais.

Nos anos da Guerra Fria, a violência podia ser apreendida a partir de um recorte geopolítico levando em conta a bipolaridade do mundo. Ela possuía tanto menos chances senão de surgir, pelo menos de estender-se e revestir-se de uma feição política na medida em que ela comportava o risco de comprometer os equilíbrios fundamentais entre o Leste e o Oeste. A Europa estava no centro desses equilíbrios, o que não podia impedir graves violências, mas lhe interditava toda saída política ou geopolítica maior. Era então possível distinguir três “mundos” ou subconjuntos de países: o *ocidente*, incluindo a América do Norte e a Europa Ocidental, o mundo comunista, e por fim, os países em vias de desenvolvimento, o Terceiro Mundo, com seus conflitos internos, às vezes muito violentos, e poderes de Estado mais frágeis e instáveis. Com a queda do muro de Berlim, a dificuldade para pensar o mundo a partir de distinções políticas ou geopolíticas tornou-se tão considerável que se pode falar do fim da história (cf. Fukuyama, 1992).

Uma outra distinção, econômica, opõe o Norte, rico e pouco suscetível de ser afetado por graves violências, e o Sul, excluído das malhas e dos fluxos principais da mundialização, e propício às piores violências civis, étnicas ou outras. Mas a exclusão causa estragos tão profundos no próprio seio das sociedades mais avançadas, e as diferenças internas nos países do Sul são tão consideráveis que é difícil pensar a violência a partir dessa clivagem.

Por fim, uma terceira clivagem, cultural, foi recentemente proposta para distinguir civilizações, com a idéia que a violência se desenvolveria, no mundo contemporâneo, entre as grandes civilizações, onde elas se entrecroçam – tese de Samuel Huntington à respeito da qual vimos o quanto custa subestimar as tensões e as diferenças culturais produzidas e reproduzidas no próprio seio de cada civilização¹³.

Hoje, o Terceiro Mundo está no centro das sociedades mais desenvolvidas, o comunismo desmoronou e com ele a idéia de uma oposição Leste-Oeste, esboçam-se novas potências, principalmente no Pacífico Sul, a violência surgiu, particularmente assassina, no Norte, e especialmente na ex-Iugoslávia; ela combina por toda parte afirmações culturais e demandas sócio-econômicas. Tudo se confunde, a ponto de Ghassan Salamé falar do desaparecimento dos “quatro pontos cardeais”. Acrescentemos que os melhores analistas explicam que a noção de Terceiro Mundo, tão utilizada no passado, era uma comodidade de linguagem já bem artificial à época, um conceito amalgamado de realidades heterogêneas.

Para pensar de maneira diferenciada o surgimento e o desenvolvimento da violência no espaço, não há mais princípio geopolítico sólido, as distinções econômicas são insuficientes, e a tese do choque das civilizações revela-se imprópria. Num mundo ao mesmo tempo fragmentado e globalizado, as probabilidades de graves violências localizadas são grandes em toda parte, e ao mesmo tempo os problemas, mesmo os mais limitados,

¹³ Para Susan George, Samuel Huntington e Francis Fukuyama parecem levados pela mesma corrente ideológica, o que se confirmaria pelo fato de que os dois se beneficiaram dos fundos Olin, destinados a “reforçar as instituições econômicas, políticas e culturais sobre as quais se apóia a empresa privada” (cf. *Le Monde Diplomatique*, agosto de 1996).

têm bem mais que no passado todas as chances de serem deslocados, exportados, prolongados fora de seu espaço inicial ou natural. A violência, quando está ligada a uma causa nacional, pode tomar um caráter diaspórico, e introduzir complexidade onde não se esperava. Por exemplo, a questão curda tornou-se de uma importância não negligenciável na vida interna e diplomática da Alemanha, onde violências puderam surgir em virtude da presença nesse país de uma forte população imigrante originária da Turquia. Do mesmo modo, não é porque a imigração de origem argelina na França desenvolve um esforço maciço para integrar-se que não exista em seu seio uma sensibilidade diaspórica, e até mesmo redes, algumas das quais funcionando em escala internacional e que podem estar ligadas a atividades de violência armada. Ou ainda, é possível estabelecer ligações entre a crise deste ou daquele Estado central, e a deste ou daquele Estado do Terceiro Mundo, o que aparece de maneira espetacular se se considera o caráter não somente lastimável, mas também escandaloso, de algumas intervenções políticas ou militares, como aquelas que recebeu a Somália. “As intervenções dos países do ‘Centro’ (mais ou menos ao estilo da ONU) [escreveu Alain Joxe], não são puras tentativas de reordenamentos a partir das sociedades ‘ordenadas’, mas ações elas próprias desordenadas e *desordenadoras*, reflexo antes de mais nada da crise ‘central’ das representações e dos atores da escala legítima do monopólio da violência, os Estados. Há complexidade e confusão nas duas pontas da expedição” (Joxe, 1995, p. 85).

O que nos permite precisar a idéia de um novo paradigma da violência: e esta deve ser efetivamente abordada, doravante, com conceitos que não podem mais ser os do mundo bipolar, nem os de um mundo onde a economia permitia pensar diretamente as relações internacionais em termos de dominação e de exploração, ou da modernização mais ou menos avançada. Ela deve ser apreendida através de uma de suas novidades radicais: o fato de ser ao mesmo tempo globalizada, posto que relativa a fenômenos planetários, e localizada; geral, e, para utilizar o termo de Hans Magnus Enzensberger (1995), molecular: ela própria mundializada, e fragmentada ou eclodida. Ela não é forçosamente diferente segundo se considere o centro ou a periferia, noções que ela veio contribuir para enfraquecer, pois, por exemplo, há muitas semelhanças entre os jovens atores dos movimentos islamistas enraivecidos das periferias francesas, quer sejam ou não muçulmanos. Esse caráter singular da violência contemporânea nos obriga a refletir ainda a mais, indo de um extremo, sócio-histórico, a outro, centrado na pessoa. A violência nos interroga, não porque, mais do que em outros momentos, caminharíamos para o caos generalizado, ou porque, mais do que em outros momentos estaríamos mergulhados na incerteza crescente do pós Guerra Fria, mas porque devemos aprender a concebê-la de outra forma, com a mais viva consciência de uma nova situação histórica e política. Devemos desconfiar das afirmações excessivamente apressadas que querem ver apenas o *neo*, ou, o *retorno*, ali onde os fenômenos considerados, ou são realmente tão novos que requerem

uma renovação total de nossas categorias, ou são mais antigos e mais complexos do que sugerem esses termos, aos quais logo faltam nuances. Assim como devemos resistir à idéia de evoluções lineares ou de conseqüências unidimensionais deste ou daquele fenômeno – a mundialização da economia, por exemplo, não exerce efeitos uniformes: ela acentua de maneira ambivalente algumas tendências como as que, simultaneamente, asseguram a internacionalização do consumo de massa, ou de produtos televisuais, e a fragmentação cultural. Embora a França tenha demorado consideravelmente para descobri-la, nem por isso se trata de um fenômeno recente.

4. Violência e crise da modernidade.

Consideremos, na perspectiva de Alain Touraine (1992), que a modernidade implica em um dualismo sob tensão entre a razão e a cultura, entre o mundo objetivo e o mundo da subjetividade, entre a racionalização e a subjetivação. Nessa perspectiva, o mundo contemporâneo pode ser apreendido como submetido a riscos crescentes de dilaceramento entre os dois pólos que definem a modernidade. De um lado, o mundo da técnica, dos mercados, da ciência e da economia neoliberal; de outro, o das identidades comunitárias ou sectárias. De um lado, o reino do instrumentalismo, do cálculo, do poder; do outro, o das culturas desbaratadas ou agressivas. De um lado, o sistema; do outro, os atores: a crise da modernidade e, em seu prolongamento, a tentação pós-moderna envolvem a dissociação completa desses pares cuja tensão define a modernidade.

Desse ponto de vista, a violência contemporânea pode ser analisada como um vasto conjunto de experiências que, cada uma à sua maneira, traduzem o risco de implosão pós-moderna, e mesmo seu esboço. E nesses dilaceramentos, uma primeira hipótese merece ser explorada: a de uma fragmentação dos espaços políticos e de uma distorção do espectro geral da violência a partir de suas dimensões políticas. A violência pode continuar instalada ao nível político, mas também devemos ser sensíveis às dimensões que fazem com que ela se complete, e talvez mais do que antes, com formas que a invadem por baixo e por cima.

Nos anos 60 e 70, conforme já dissemos, a violência política, na medida em que visava os sistemas políticos e os Estados, revestia-se de uma importância considerável. Sem base social real, o terrorismo de extrema-esquerda vinculava-se a projetos revolucionários de tomada de poder do Estado, o de extrema-direita tinha objetivos da mesma ordem; os movimentos de libertação nacional tinham a intenção de libertar uma nação de uma dominação estrangeira para constituir seu próprio Estado. Há certamente, hoje como ontem, numerosas e importantes experiências de violência política no mundo. Mas uma tendência não negligenciável aparece e desloca o fenômeno para orientações que são de um lado infrapolíticas, de outro, metapolíticas. O que também constata Pierre Hassner, para quem a chave da evolução contemporânea

nea parece residir no déficit político no interior das sociedades atuais e, mais ainda, em âmbito internacional (cf. Hassner, 1996, p. 153).

a. A violência infrapolítica.

A privatização crescente da economia, onde ela era mais controlada pelo Estado, onde ela o seria em situações mais tradicionais, constitui um encorajamento massivo à privatização da violência, cujo caráter político se atenua ou se dilui. Em muitos casos, com efeito, trata-se para os protagonistas da violência não de visar o poder do Estado para aceder a ele, ou de tentar penetrar no centro de um sistema político, mas de manter o Estado à distância para dedicar-se à atividades econômicas, ao tráfico de drogas, de objetos roubados, mas também de crianças ou de órgãos humanos, etc. Vêem-se assim guerrilhas se transformando em gestoras de territórios onde podem se associar ao narcotráfico, ou se apropriar dele, como na Colômbia: atores envolvidos na espiral do terrorismo e da violência política extrema se revelam eventualmente como traficantes, pensando em termos de acesso ao dinheiro tanto quanto talvez ao poder político, como sugerem as análises da luta armada na Argélia, onde alguns episódios tornam-se incompreensíveis sem referência a conflitos entre grupos islâmicos, ou entre alguns desses grupos e as forças armadas para se apropriarem de um monopólio local da extorsão ou do tráfico, o *trabendo*, que pode lidar tanto com gêneros ilegais quanto com produtos convencionais, alimentares, por exemplo¹⁴. Vêem-se também máfias ou similares desenvolvendo-se, particularmente no antigo “império” soviético, dispostas a recorrer à força para defender seus interesses, e seus agentes são suscetíveis de entrar em choque com o Estado, se este se mostrar muito presente em seus assuntos – a experiência italiana dos anos 90, com os assassinatos de altos representantes do Estado é, nesse sentido, um exemplo impressionante. Onde a prática do seqüestro, muito limitada, correspondia a fins políticos nos anos 70, como no Brasil por exemplo, ela continua a desenvolver-se hoje, mas para fins estritamente nefandos – observação que poderia referir-se bem a outras práticas ilegais e brutais de extorsão de bens. A privatização da violência pode passar por uma perversão quando os que detêm o uso legítimo da força – a polícia, as forças armadas – a ela recorrem para fins hediondos, abusando de suas armas e de sua impunidade. Isso não significa forçosamente a barbárie, a lei da selva. Mas disso se aproxima, autorizando condutas mais ou menos selvagens que podem, em situações extremas, visar impedir pelo terror qualquer oposição aos interesses e ao poder dos atores que exercem a força assim privatizada.

Ligada ao controle e à acumulação de recursos econômicos, a violência não é necessariamente a arma dos pobres. Assim, um estudo sobre as dimensões econômicas da violência na Colômbia constatou que “a análise, ao nível municipal, da evolução dos diferentes atores organizados da violência mostra, mais do que um confronto ideológico, um conflito pelo território e pelos frutos das atividades econômicas mais lucrativas. É por isso que os

¹⁴ Cf. sobre o *trabendo*, Séverine Labat (1995). Luis Martinez (1995, p. 26) considera mesmo que os GIA assumiram com êxito os negócios da PME e da importação-exportação liberada da tutela do Estado e que “a guerra civil, três anos após seu desencadeamento, parece cada vez mais um instrumento de promoção social e de enriquecimento pessoal” – o que constitui uma visão que pode parecer excessiva pois aqui o político se diluiu.

conflitos e as violências se desenvolvem o mais das vezes nas regiões mais dinâmicas e menos frequentemente nas cidades menos avançadas, com uma frágil atividade econômica” (Castilla, 1995, p. 78). Uma questão que se coloca, aqui como em outros momentos, é a novidade desses fenômenos. Desse ponto de vista, o essencial reside, ao que tudo indica, na sua extensão recente, na sua multiplicação, igualmente constatada por Jean-Christophe Rufin para quem “a omissão das grandes potências e o desastre econômico que afetou numerosos países arruinados pela guerra levaram os movimentos da guerrilha a praticar abertamente e em grande escala aquilo que haviam adquirido o hábito de fazer discretamente e modestamente (...) As guerrilhas dos anos 90 tendem a se apoiar sobre verdadeiras economias de troca, e até de produção (...) A mudança do contexto internacional vinculado ao fim da guerra fria não criou *ex nihilo* esses novos mecanismos de alimentação dos conflitos. Mas ele certamente contribuiu para generalizar certas práticas até então marginais” (Rufin, 1996, p. 43-44).

Num outro registro, a violência infrapolítica é igualmente, nas democracias, uma característica dos fenômenos racistas e xenófobos, que não dispõem senão de legitimidade, ao menos de legalidade no espaço público. Quando um partido de extrema-direita, de ideologia racista e xenófoba, se desenvolve, não lhe é possível apelar claramente para condutas violentas, nem mesmo reconhecê-las ou solidarizar-se com elas, como se vê na França com a Frente Nacional, cuja preocupação com a respeitabilidade e a inscrição no campo político proíbe a violência. Esta aparece nos confins do político, ela procura aí instalar-se, mas ela é essencialmente infrapolítica, feita de importunação (*racial harassment* dizem os britânicos), e de condutas fragmentárias.

Mas não nos enganemos. Se em algumas experiências o caráter infrapolítico da violência está ligado a uma degenerescência do fenômeno, que perde suas características políticas em favor de uma privatização ligada ao desejo de se controlar recursos econômicos, dinheiro, um território, em outras traduz uma hesitação do ator, que oscila entre os dois níveis sem saber em qual se fixar, e em outras ainda, constitui uma forma mais pré-política que infrapolítica, o começo de uma trajetória suscetível de elevar-se a prazo ao nível político. Por exemplo, houve jovens que realmente oscilaram entre delinquência e terrorismo político de extrema-esquerda no começo dos anos 80 em Milão (cf. Calvi, 1982). Observa-se que os jovens desclassificados de Brazzaville formam grupos do tipo milícia política, mas também, conforme a época, do tipo gangues armadas (cf. Bezenguissa-Ganga, 1996)¹⁵; mas constatata-se também que nos Estados Unidos, a raiva social dos “‘pobres coitados’ da sociedade americana”, segundo Laurent Zecchini¹⁶, alimenta rancores que se cristalizam sob a forma de milícias de extrema-direita racistas, anti-semitas, hostis ao Estado federal e às organizações internacionais, como a ONU. As grandes transformações planetárias e a crise dos Estados constituem um fator favorável à privatização da violência, que se torna então infrapolítica; mas

¹⁵ Encontramos fenômenos comparáveis em inúmeras outras experiências urbanas, como na África (cf. Marchal, 1993).

¹⁶ “Os ‘Freemen’ – como muitas vezes são chamados os membros das milícias de extrema-direita – são os ‘pobres coitados’ da sociedade americana” (*Le Monde*, 30/07/96, p. 2).

elas são também um fator inverso, de encorajamento aos olhos de atores que podem ser tentados, por exemplo, a transformar uma raiva ou uma cólera social em violência política. Nos anos 70 e 80, a violência política traduziu sobretudo o fim de uma época, a decomposição de sistemas sociais, políticos e estatais. Ela combinava a reação contra uma ordem estatal, percebida antes de mais nada como repressiva, e o apelo revolucionário à mudança. Neste fim de século, a violência social, a dos motins, por exemplo, ou aquele que se vincula a uma identidade, étnica ou religiosa, constitui uma tendência que prevalece sobre a violência política, mas nada impede de postular que a prazo esta venha a se reconstituir, prelúdio talvez de uma recomposição de sistemas sociais, políticos e estatais hoje enfraquecidos. Pode-se assim criar a hipótese de que o aparecimento do terrorismo interno nos Estados Unidos, onde ele parecia improvável, anuncia ou constitui o esboço de mudanças políticas ou sociais importantes nesse país, e não somente a expressão de uma rebelião contra o Estado federal enfraquecido. Mas, no conjunto, a importância da violência infrapolítica no mundo contemporâneo deriva do fato de que ela parece bem mais ligada ao enfraquecimento dos Estados e a práticas referentes ao crime organizado, e mesmo à criminalidade mais banal, porém crescente, desenfreada, do que à emergência de conflitos sociais e políticos dos quais ela constituiria a fase primitiva. O crime organizado vem muitas vezes junto, no meio da população, com opiniões muito negativas sobre o Estado, a justiça, a polícia; mas ela dificilmente pode ser interpretada como a expressão de revoltas em busca de si mesmas, na expectativa por exemplo de uma caracterização ideológico-política como oferecida pelo socialismo e pelo comunismo no passado. É verdade que alguns traficantes são vistos em nível local, sobretudo nas zonas de produção de drogas, como benfeitores que trazem recursos, renda, e mesmo em alguns casos, garantias mínimas, por exemplo, em matéria de saúde; que, muitas vezes, criminosos são o objeto de um julgamento mais positivo por parte da população dos lugares onde surgem do que o Estado, as instituições e seus representantes. Mas é difícil de aplicar aos atores do crime organizado o papel pré-político de anunciadores de uma contestação popular, ou de ver aí uma figura comparável ao do bandido social, tal qual foi analisado por Eric Hobsbawm (1968).

Mas não reduzamos a violência infrapolítica exclusivamente às suas dimensões de violência privada, instrumental; sob vários aspectos, a violência gratuita, lúdica, eventualmente ligada ao gosto do risco, a um desejo de aventura, ao esforço para produzir ou atingir um acréscimo de sentido está também relacionada com esse nível, bem como aquele que constitui o contrário da busca de sentido, e implica muito na abolição de qualquer tipo de sentido no puro prazer de uma violência desenfreada (do tipo da que é praticada pelos torcedores descritos por Bufond em seu livro tão impressionante (cf. Bufond, 1994).

b. A violência metapolítica

A violência muitas vezes vai além do político, vetor então de significações que lhe conferem uma feição intransigente, não negociável, uma carga religiosa, ideológica ou ética que parece absoluta. Ela é assim sem fronteiras, e os problemas que ela visa são a tal ponto vitais para o ator que ele pode, nos casos extremos, sacrificar sua própria existência, destruir-se em virtude de uma pletera de sentido que se trata para ele de afirmar sem reserva. A violência metapolítica não é apolítica. Ela é uma maneira de ver as coisas nas quais os problemas políticos estão ao mesmo tempo associados e subordinados a outros problemas, definidos em termos culturais, religiosos, por exemplo, que não sofrem nenhuma concessão. A crise da modernidade é altamente favorável a esse tipo de violência, na qual significações em termos de identidade, dissociadas de toda inserção num espaço relacional do tipo político, exprimem-se de maneira tanto mais aguda na medida em que o ator se mobiliza a partir de frustrações que a modernidade fez nascer nele. Quando a comunicação internacional difunde nos lugares mais afastados as imagens da felicidade à moda ocidental, quando o consumo dos bens materiais e culturais é um espetáculo cotidiano, televisionado, ou perceptível nas vitrines de lojas, na verdade inacessíveis, quando o acesso ao dinheiro e aos frutos da ciência e do progresso é subitamente recusado ou perdido, e que o sentimento de uma imensa frustração social se sublima em convicções religiosas, nacionais ou étnicas, então é possível que a violência se apodere do ator, mobilizando-o em torno de projetos políticos em que a identidade torna-se um recurso, e em que o político está subordinado às exigências de Deus ou da Nação. As grandes mobilizações islâmicas remetem a essa lógica, fundindo o político e o religioso sob a dominação do segundo; elas podem ir mais longe, eventualmente tomar novo impulso, e por exemplo assumir um tom extremo ligado não mais às esperanças que trazia uma utopia religiosa, mas à sua queda e à perda de sentido correlativo. Elas podem assim conduzir o ator até o sacrifício de sua própria existência – encontramos aqui o martírio mortífero que ilustram os trabalhos de Farhad Khosrokhavar (1996).

O que nos coloca diante de duas lógicas, analiticamente distintas, mas que a violência eventualmente combina em suas manifestações concretas. Por um lado, a violência pode traduzir intensas dificuldades sociais, inclusive reivindicando para si significações culturais, religiosas principalmente: é assim que no Oriente Médio, uma das fontes do islamismo está nas demandas sociais não satisfeitas das quais os deserdados são porta-vozes – tal era aliás no Líbano, nos anos 70, o qualificativo que se atribuía o movimento xiita dirigido pelo Imam Moussa Sadr. Por outro lado, ela é eventualmente utilizada por pessoas que acreditaram poder participar da modernidade ou que efetivamente dela participaram antes de serem expulsas, o que faz delas enclaves, vítimas do progresso, radicalizadas pelo sentimento de uma perda de direito injusta. As duas lógicas se confundem facilmente, por exemplo quando as demandas sociais são exacerbadas pelas promessas não cumpridas pela modernidade, o

que as enche de frustrações, e faz com que elas não sejam mais somente da ordem da reivindicação, mas também da raiva e da cólera. Transformadas em projeto religioso, mais que nacional, e mesmo carregada de promessas religiosas que a idéia de Nação não foi ou não é mais capaz de cumprir, a raiva e a cólera levam assim o ator às violências mais radicais, eventualmente capitalizadas ou orientadas, e mesmo manipuladas por líderes ou organizações que, eles, funcionam de forma política. O martírio traduz assim uma mobilização coletiva que transborda o campo da política, num certo sentido, ultrapassando-o, até que os que exercem o poder, em suas eventuais modalidades político-religiosas, dele não mais necessitem, por exemplo, porque ele se rotiniza: a violência assim torna-se impossível, resta apenas aos seus atores o desespero, que alguns transformam em cinismo e outros em participação banal na vida social ou política.

A frustração pode portanto exacerbar-se quando acumula uma relação de decepção para com a modernidade, uma expulsão, e um esgotamento das perspectivas de transformação histórica que um processo revolucionário debilitado havia suscitado. Ela se encontra nos meios sociais os mais diversos, pode atingir tanto o camponês desterrado do Oriente Médio, atraído pela cidade e suas luzes, e profundamente decepcionado com o que ela lhe pode oferecer, quanto o engenheiro japonês que não encontra na empresa industrial um local de realização profissional, e que se volta para a seita Aum. Ela não é um simples mecanismo psicológico, mas o resultado de uma tensão entre as expectativas do ator, e aquilo a ele acede, tensão tanto mais insuportável na medida em que é estimulada por um individualismo que não encontra os meios de se realizar, e pelo espetáculo de um mundo globalizado que se torna inacessível ou que o rejeita. Jean François Bayart tem razão em nos pedir que não sejamos tolos ou ingênuos face à “ilusão identitária”, ali onde a identidade freqüentemente não passa de um recurso manipulado com finalidades políticas; mas ocorre também que os significados da identidade transbordem o quadro político, e ao mesmo tempo ps atores que se esforçam para contê-los aí.

c. Violência e identidades

Assim, se a violência parece a tal ponto corresponder a um novo paradigma, ele próprio inscrito no contexto geral da crise da modernidade, é que ela parece, bem mais do que antes, carregada significações mais culturais que sociais, ligada a atores que se definem acima de tudo por uma identidade. Purificação étnica, sectarismo, integrismo, fundamentalismo, etc.: o vocabulário corrente remete constantemente à imagem de movimentos e de atores cuja violência é tanto mais terrível na medida em que não se acomoda com nenhum tipo de negociação, nenhum compromisso e que veicula significações que são necessariamente da ordem do tudo ou nada.

Entretanto é preciso antes de mais nada distinguir dois tipos de significações no que se refere à identidade. Uns, com efeito, são o que resta de uma tradição ou de uma cultura arruinada pelos progressos da razão e do

universalismo ocidental conquistadores; a violência é aqui antes de tudo uma resistência da identidade ameaçada, ou a caminho da destruição. Os outros são o produto do trabalho da modernidade sobre si mesma construídos bem mais que reproduzidos, mesmo se sua construção passe por *bricolages*, segundo a expressão de Lévi-Strauss, isto é, pelo recurso a materiais tomados de empréstimo a uma tradição ou a um passado histórico; a violência, aqui, não traduz uma resistência à modernidade triunfante, ela é a expressão de sua agonia, na qual a subjetivação se separa da racionalização e a ela se opõe pela construção de uma identidade coletiva. Na prática, a violência identitária pode associar essas duas lógicas, mas ela é bem mais rara ou parcialmente do que se crê pré ou anti-moderna, e bem mais pós-moderna, fruto da crise ou do fracasso da modernidade. Ela adquire uma feição radical quando encarna e combinando-as fortemente a rejeição da modernidade, e sua fragmentação, quando o ator ao mesmo tempo exprime a nostalgia do passado, da tradição destruída, quebrada, fragmentada, mas não totalmente desaparecida, e se engaja num processo de construção de si mesmo que o inscreve num comunitarismo pós-moderno. O islamismo, por toda parte no mundo, deve muito, em suas expressões mais sangrentas, inclusive terroristas, a essa combinação de referências à tradição perdida, e de construção ou de invenção de uma identidade que não é a do islam mais tradicional. Da mesma forma, as seitas que passam à violência destruidora ou autodestruidora podem dar a imagem da perpetuação de uma tradição, mas de fato elas constituem sempre uma invenção que pode revelar-se sensível à conjuntura geral, ao círculo social e político no qual elas se formam.

Assim a violência identitária só muito limitadamente pode ser considerada como tradicional. Além disso, ela está sempre bem mais intimamente ligada a aspectos sociais do que permitem pensar as expressões das quais ela é geralmente designada. Ela pode traduzir-se em termos religiosos, nacionais ou étnicos, problemas de pobreza, ou frustrações, ou amalgamam-se a eles, combinando significações sociais e culturais. Ela tende aliás, muito freqüentemente, a naturalizar essas significações, particularmente a forma do racismo. Desse ponto de vista, o desenvolvimento das identidades é um fator poderoso da racionalização da vida coletiva, a partir do qual se abre um espaço para violências que, por exemplo, se pretendem purificadoras.

Por fim, a violência identitária, quando reivindica para si significações religiosas ou étnicas, pode traduzir o malogro ou as carências de projetos políticos concebidos nas categorias mais clássicas da modernidade, a começar por aquelas que privilegiam, seja o universal da classe e da revolução proletária, seja o da nação e do Estado-nação. O islamismo radical, em inúmeras experiências, construiu-se na esteira de movimentos que se reclamavam ora do um marxismo-leninismo, ora de um nacionalismo, sobretudo árabe ou palestino, e do insucesso desses movimentos. Vê-se claramente, por exemplo, com o desenvolvimento de um terrorismo islâmico reclamando para si a causa palestina e desenvolvendo-se na esteira de sua crise.

A violência contemporânea situa-se no cruzamento do social, do político e do cultural do qual ela exprime correntemente as transformações e a eventual desestruturação. Ela pode circular de um registro a outro, por exemplo, ser a princípio, social, antes de se elevar ao nível político, ou ao contrário, constituir uma privatização onde problemas políticos, tornam-se puramente econômicos, ou mais ainda, passar de frustrações sociais a um esforço para mobilizar recursos culturais sob uma forma metapolítica. Sobretudo, ela parece – ao menos provisoriamente – não estar numa correspondência tão estreita com a política e com o Estado quanto a que sugere Max Weber, para quem a essência do político, e mais ainda, do Estado, está no meio específico, que lhe é próprio, que constitui a violência física e seu uso mais ou menos regrado. No fundo ela parece por vezes constituir bem mais o avesso do político enfraquecido, a marca da pane de Estado, que a essência de um ou de outro. O planeta encontra-se numa era de mutação, em que a violência política continua tendo um lugar considerável, e segundo modalidades relativamente clássicas, mas em que também se desenvolvem violências infra e metapolíticas que constituem as expressões mais significativas, mas talvez provisórias, dessa mutação. Essas violências, bem mais do que a violência política, por definição fria, calculada, instrumental, traz a marca do individualismo moderno, que faz com que cada pessoa, mesmo muito jovem, seja suscetível de querer existir enquanto indivíduo-consumidor e como sujeito. Nós a designamos como infra e metapolíticas para marcar, ao mesmo tempo, sua diferença com relação a condutas mais classicamente políticas, e o fato de que elas não podem todavia ser compreendidas fazendo-se abstração da política. Essas violências designam a política como o lugar central a partir do qual elas devem ser pensadas; mas um lugar que parece caracterizar-se pelo déficit, por fortes carências, ao mesmo tempo que pelo esboço, aqui e acolá, de redefinições tanto mais difíceis de serem elaboradas, na medida em que devem englobar expectativas e demandas, individuais e coletivas, que se renovaram consideravelmente no último quarto de século.

Digamô-lo mais claramente. Se é necessário falar de um novo paradigma da violência, não se trata apenas de promover a imagem de uma mudança histórica que requereria muitas nuances, posto que o sentido da evolução não é linear, nem é o mesmo em toda parte; não se trata tampouco apenas de questionar as categorias clássicas da análise da violência, que opõem suas dimensões instrumentais e expressivas, e se referem ou a recurso em caso de conflitos ou a condutas de crise.

De fato, se novo paradigma existe, é também e sobretudo, na medida em que a crise da modernidade torna-se tão importante que os conflitos sistêmicos do período anterior perderam sua função estruturada, o que alimenta o declínio da política, e porque a decomposição dos antigos princípios de ordem torna a noção de crise excessivamente débil para dar conta de situações determinadas pela desestruturação e pelo caos.

Nessa perspectiva, duas dimensões merecem ser sublinhadas. A

primeira refere-se ao crescimento das violências instrumentais, essencialmente a nível infrapolítico, ou seja, quando a ordem se desfaz, a violência funciona sob uma forma hobbesiana, ela é o principal recurso nas lutas de todos contra todos. A instrumentalidade procede então não tanto no jogo de atores estratégicos envolvidos em conflitos, mas muito mais de desestruturação do sistema de ordem, e portanto de lógicas da crise levados ao extremo.

Mas uma segunda dimensão é mais importante. Trata-se do alcance das formas e dos significados da violência quando não são apenas estritamente instrumentais.

De um lado, a violência significa então a perda, o déficit, a ausência de conflito, a impossibilidade para o ator de estruturar sua prática em uma relação de troca mais ou menos conflitiva, ela expressa a defasagem ou o fosso entre as demandas subjetivas de pessoas ou grupos, e a oferta política, econômica, institucional ou simbólica. Ela traz então a marca de uma subjetividade negada, arrebatada, esmagada, infeliz, frustrada, o que é expresso pelo ator que não pode existir enquanto tal, ela é a voz do sujeito não reconhecido, rejeitado e prisioneiro da massa desenhada pela exclusão social e pela discriminação racial. Desse ponto de vista, a violência é suscetível de emergir na interação ou no choque das subjetividades negadas ou destruídas, como se observa em alguns motins, onde o sentimento por parte dos amotinados de não serem reconhecidos remete os policiais à convicção simétrica de serem desvalorizados ou insultados por aqueles que ele devem reprimir.

Por outro lado, a violência, em lugar de expressar em vão aquilo que a pessoa ou o grupo aspiram afirmar, torna-se pura e simples negação da alteridade, ao mesmo tempo que da subjetividade daquele que a exerce. Ela é a expressão desumanizada do ódio, destruição do Outro, tende à barbárie dos purificadores étnicos ou dos erradicadores.

Essas duas orientações da violência, uma marcada pela subjetividade impossível ou infeliz, a outra por sua ausência ou sua perda, podem muito bem coexistir em um mesmo ator, apelando eventualmente para sentimentos ambivalentes, de compreensão com respeito à sua face maltratada e sua subjetividade negada e transformada em violência, e de recusa decidida por sua face sombria e puramente destruidora. Elas podem ser apenas passivas, interiorizadas, ou tornar-se ativas, particularmente em situações de interações, em que há telescopagens de pessoas ou de grupos, em verdade definidos pelas mesmas lógicas de medo e de privação ou de negação. E eles não são suscetíveis de serem reabsorvidos senão dentro de condições complexas, em que as mais decisivas remetem à reconstituição de troca e de comunicação entre atores.

Isso nos conduz a nossas últimas observações. Se a violência, mesmo não política, infra ou metapolítica, remete ao ponto central onde se situa a política, isso significa que ela surge e se desenvolve através das carências e dos limites do jogo político, e que ele pode também, se as condições políticas estiverem reunidas, regredir ou desaparecer em função de um tratamento institucional das demandas que ela vem traduzir. Entre essas condições, al-

gumas se referem aos próprios atores, e particularmente, à sua capacidade de se constituírem em sujeitos conscientes daquilo que uma abertura política ou institucional pode-lhes apontar. Como não saudar aqui os *Zapatistas* dos Chiapas, em ruptura com uma lógica de guerrilha e preocupados em obter um reconhecimento democrático capaz de combinar direitos humanos e o direito a uma identidade coletiva? Outras condições se referem à capacidade dos atores políticos imporem, pela convicção ou pela pressão, fórmulas de intercâmbio, de negociação, de debate, onde os protagonistas da violência aprendem a transformar a não-relação por ela constituída em comunicação e relação, mesmo que extremamente tensa e conflitiva. O declínio da violência está frequentemente condicionado pela conjunção de fatores próprios aos atores – capazes de serem sujeitos e de se afastarem de lógicas de puro ódio ou barbárie – e de fatores próprios ao sistema no seio do qual eles evoluem, e aos atores políticos que sobre ele exercem uma influência.

Tradução : Ademir Barbosa Júnior

Revisão Técnica: Angelina Peralva e Paulo Menezes

Recebido para publicação em março/1997

WIEVIORKA, Michel. The new paradigm of violence. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 5-41, May 1997.

UNITERMS:

**violence,
state,
violence of the state,
criminality,
security,
public policies,
International policies,
globalization.**

ABSTRACT: The author tries to requalify the concept of violence under the influences of a context of world globalization. International crisis, drug traffic, collapse of the socialist governments, concepts of development and underdevelopment, terrorism, political and religious sectarisms, new culture and social conceptualizations, these are some of the themes which are discussed by the author with the objective to propose a new paradigm for violence.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDERSON, Benedict. (1983) *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of Nationalism*. Verso, Londres.
- ANGOUSTURES, Aline & PASCAL, Valérie. (1996) Diásporas e financiamento dos conflitos. In: JEAN & RUFIN. *Économie des guerres civiles*, Paris, Hachette. p. 495-542.
- ARON, Raymond. (1971) *Les étapes de la pensée sociologique*. Paris, Gallimard. p. 559,

- BARBER, Benjamin. (1992) Jihad x Mc World. *The Atlantic Monthly*, p. 53-60, march.
- BAUDRILLARD, Jean. (1995) Le degré Xerox de la violence. *Libération*, 2, outubro.
- BAYART, Jean François. (1996) *L'illusion identitaire*. Paris, Fayard.
- _____. (1996) L'historicité de l'État importé. *Les Cahiers du CERI*, 15: 6.
- BAZENGUSSA-GANGA, Rémy. (1996) Milices politiques et bandes armées. Enquête sur la violence politique et sociale des jeunes déclassés. *Les Études du CERI*, 13, avril.
- BOURETZ, Pierre. (1996) *Les promesses du monde: philosophie de Max Weber*. Paris, Gallimard.
- BUFOND, Bill. (1994) *Parmi les hooligans*. Paris, Christian Bourgeois.
- CALVI, Fabrizio. (1982) *Camarade P. 38*. Paris, Grasset.
- CASTILLA, Camilo Echandia. (1995) Colombie: dimension économique de la violence et de la criminalité. *Problèmes d'Amérique latine*, 16, janvier-mars.
- COHEN, Elie. (1996) *La tentation hexagonale. La souveraineté à l'épreuve de la mondialisation*. Paris, Fayard.
- DELMAS, Philippe. (1995) *Le bel avenir de la guerre*. Paris, Gallimard.
- DURKHEIM, Émile. (1968) *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris, PUF.
- ECO, Umberto. (1995) Verso um nuovo Medioevo. In: _____. *Dalla periferia dell'imperio. Apud HASSNER, Pierre. La violence et la paix. De la bombe atomique au nettoyage éthinique*. Paris, Éd. Esprit.
- EHRENBERG, Alain. (1995) *L'individu incertain*. Paris, Calmann-Lévy.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. (1995) *La grande migration*. Paris, Gallimard.
- FUKUYAMA, Francis. (1992) *La fin de l'histoire et le dernier homme*. Paris, Flammarion.
- GAVI, Philippe, SARTRE, Jean-Paul & VICTOR, Pierre. (1974) *On a raison de se révolter*, Paris, Gallimard.
- GRÉMY, Jean-Paul. (1996) *Les violences urbaines*. Paris, IHESI.
- GURR, Ted Robert. (1970) *Why Men Rebel?* Princeton, Princeton University Press.
- HASSNER, Pierre. (1995) *La violence et la paix. De la bombe atomique au nettoyage éthinique*. Paris, Éd. Esprit.
- _____. (1996) Par de là guerre et la paix. Violence et intervention après la guerre froide. *Études*, setembro.
- HOBBSBAWN, Eric. (1968) *Les primitifs de la révolte dans l'Europe moderne*. Paris, Fayard.

- HUNTINGTON, Samuel. (1993) *The Clash of Civilizations*. *Foreign Affairs*, summer.
- JEAN, François & RUFIN, Jean- Christophe (dir.). (1996) *Economie des guerres civiles*. Collection Pluriel. Paris, Hachette.
- JOXE, Alain. (1995) Nouveau paradigme stratégique: la révolution dans les affaires militaires ou la guerre de l'information. *Cahiers d'Études Stratégiques*, 18.
- KHOSROKHAVAR, Farhad. (1992) *Rupture de l'unanimisme dans la révolution iranienne*. Thèse pour le doctorat d'État. Paris, EHESS.
- _____. (1996) Le martyr révolutionnaire en Iran. *Social Compass*, 43 (1): 83-100.
- LABAT, Séverine. (1995) *Les islamistes algériens*. Paris, Seuil.
- LAZARSELD, Paul et alii. (1981) *Les chômeurs de Marienthal*. Paris, Minuit.
- LE BOT, Yvon. (1996) Le temps des guerres communautaires. In: WIEVIORKA, Michel (dir.). *Une société fragmentée?* Paris, La Découverte. p. 173-197.
- LE BRETON, David. (1991) *Passions du risque*. Paris, Métailié.
- MARCHAL, R. (1993) Les mooryaan de Mogadiscio. Formes de la violence dans un espace urbain et guerre. *Cahiers d'Études Africaines*, 33(2): 295-320.
- MARTINEZ, Luis. (1995) Les groupes islamistes entre guérilla et négoce. Vers une consolidation du régime algérien. *Les Études du CERI*, 3, agosto.
- MASON, John. (1995) Le désalignement du consensus stratégique américain. *Le débat stratégique américain 1994-95*, *Cahier d'Études Stratégiques*, 18: 21-55.
- MICHAUD, Yevs. (1978) *Violence et politique*. Paris, Gallimard.
- _____. (1996) *La violence apprivoisée*. Paris, Hachette.
- O'BRIEN, Richard. (1992) *The end of geography: global financial integration*. Londres, Piner, RIIA.
- OBERSCHALL, Anthony. (1972) *Social conflict and social movements*. New Jersey, Prentice Hall, Englewood Cliffs.
- OCQUETEAU, Frédéric. (1990) L'État face au commerce de la sécurité. *L'Année sociologique*, 40: 97-124.
- _____. (1993) Les centres commerciaux, cibles d'incivilités et promoteurs de sécurité. *Déviance et Société*, 17(3): 235-260;
- _____. (1995) État, compagnies d'assurances et marché de la protection des biens. *Déviance et Société*, 19(2): 151-158;
- ORTIZ SARMIENTO, Carlos Miguel. (1991) El sicariato en Medellín: entre la violencia política y el crimen organizado. *Análisis Política*, 14: 60-

73, set./dec.

- PIERRET, Régis. (1996) *Les Apaches*. Paris, Diplôme de l'EHESS,.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1996) Institutions and impunity: violence, crime and police system in new democratic countries (the Brazilian experience in the context of latin american countries"). Paper presented at the international seminar *Strategies of police intervention in the modern state*. São Paulo, setembro. (ver texto neste volume, p. 43-52).
- REBUGHINI, Paola. (1994) *Violence juvénile dans les quartiers défavorisés. Enquête comparative*. Lyon-Milan, Mémoire, DEA, EHESS.
- ROY, Olivier. (1996) Groupes de solidarité au Moyen-Orient et en Asie centrale. *Cahiers du CERI*, 16.
- RUFIN, Jean-Christophe. (1996) Les économies de guerre dans les conflits internes. In: JEAN & RUFIN. *Économie des guerres civiles*. Paris Hachette.
- RULE, James B. (1989) *Theories of civil violence*. Berkeley, University of California Press.
- SALAMÉ, Ghassan. (1996) *Appels d'empire. Ingérences et résistances à l'âge de la mondialisation*. Paris, Fayard.
- SARTRE, Jean-Paul. (1961) Prefácio. In: FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Paris, Maspéro.
- SHELLING, Thomas. (1963) *The strategy of conflict*. New York, Galaxy Book.
- TILLY, Charles. (1978) *From mobilization to revolution*. Addison-Wesley, Reading Mass.
- _____. (1986) *La France contestée de 1600 à nos jours*. Paris, Fayard.
- TOURAINÉ, Alain. (1992) *Critique de la modernité*. Paris, Fayard.
- WEBER, Max. (1963) *Le savant et le politique*. Collection 10/18 (1^{ère} édition, 1919) Paris, Plon.
- WIEVIORKA, Michel. (1988) *Sociétés et terrorisme*. Paris, Fayard.
- _____. (dir). (1994) *Racisme et xénophobie en Europe. Une comparaison internationale*. Paris, La Découverte.
- _____. (1995). *Face au terrorisme*, Paris, Liana Lévi.
- _____. (1997) *Quatre figures du nationalisme = la question de la violence. À paraître dans un ouvrage dirigé par Pierre Birnbaum*. Paris, PUF.

